

Acordos Ministeriais Hemisféricos

**Plano AGRO 2003-2015
para a Agricultura e a Vida Rural
nas Américas
e
Declaração de Bávaro**

Bávaro 2001 - Panamá 2003 - Guaiquil 2005 - Guatemala 2007 - Jamaica 2009

Reuniões Ministeriais "Agricultura e Vida Rural nas Américas"
no contexto do Processo de Cúpulas das Américas

Acordos Ministeriais Hemisféricos

**Plano AGRO 2003-2015 para
a Agricultura e a Vida Rural
nas Américas
e
Declaração de Bávaro**

**Bávaro 2001 – Panamá 2003 – Guaiaquil 2005
Guatemala 2007 – Jamaica 2009**

Reuniões Ministeriais “Agricultura e Vida Rural nas Américas”
no contexto do Processo de Cúpulas das Américas

© Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA). 2010

O IICA promove o uso justo deste material, pelo que se solicita su respectiva citação

Esta publicação também está disponível em formato eletrônico (PDF) no sítio Web institucional <http://www.iica.int>

Coordenação editorial: Bernardo Badani, Javier Gatica Pardo

Copidesque: Máximo Araya

Diagramação: Ana Catalina Lizano

Leiaute da capa: Zona Creativa

Impressão: IICA Sede Central

Plano AGRO 2003-2015 para a agricultura e a vida rural nas Américas e declaração de Bávaro: Bávaro 2001 – Panamá 2003 – Guaiaquil 2005 - Guatemala 2007 – Jamaica 2009 / IICA. – São José, C.R.: IICA, 2010

166 p.; 23 cm.

ISBN 13: 978-92-9248-216-9

1. Agricultura 2. Acordos internacionais 3. Desenvolvimento rural
4. Cooperação internacional I. IICA II. Título

AGRIS
E14

DEWEY
327.17

Sumário

Apresentação	6
---------------------------	----------

PARTE I

Os Acordos Ministeriais Hemisféricos

Jamaica 2009: Quinta Reunião Ministerial	11
---	-----------

Processo Ministerial 2008-2009: de Guatemala 2007 a Jamaica 2009	16
Acordo Ministerial Hemisférico Jamaica 2009	18

Guatemala 2007: Quarta Reunião Ministerial	39
---	-----------

O Acordo Ministerial Hemisférico Guatemala 2007	42
---	----

Guaiaquil 2005: Terceira Reunião Ministerial	57
---	-----------

Apresentação	61
Os Acordos Ministeriais Hemisféricos de 2005	64

Plano de Ação AGRO 2003-2015. Acordo Ministerial de Guaiaquil para a Agricultura e a Vida Rural nas Américas.....	67
--	----

Implementação e o Seguimento do Plano de Ação AGRO 2003-2015 em Preparação à Quarta Reunião Ministerial	78
--	----

Sistema de Informação para o Seguimento do Plano de Ação AGRO 2003-2015	73
--	----

Proposta Ministerial em Matéria de Agricultura e Vida Rural à Quarta Cúpula das Américas.....	82
--	----

Panamá 2003: Segunda Reunião Ministerial 88

Apresentação	89
Plano de Ação AGRO 2003-2015 para a Agricultura e a Vida Rural nas Américas.....	92
Implementação e Acompanhamento do Plano de Ação AGRO 2003-2015.....	107

Bávaro 2001: Segunda Reunião Ministerial 111

Declaração de Bávaro para o Melhoramento da Agricultura e da Vida Rural nas Américas.....	115
---	-----

PARTE II

O Processo Ministerial “Agricultura e Vida Rural nas Américas” 125

O contexto dos AMH	126
O que é o processo de Cúpulas das Américas?.....	127
Qual foi o caminho inicial para a revalorização da agricultura e da vida rural?.....	128
Qual é o marco político para a revalorização da agricultura e da vida rural?.....	128
O que é o Plano AGRO 2003-2015?	130
O que são as Reuniões Ministeriais “Agricultura e Vida Rural nas Américas”?	132
O que são os Acordos Ministeriais Hemisféricos (AMH)?	133
O que é o Processo Ministerial e como se formam os AMH?....	133
Qual é a institucionalidade que sustenta o Processo Ministerial?.....	134
Quais são os AMH e o que definem?.....	136

O que é a AGRO-Matriz e qual é a sua utilidade?.....	139
O que é o Sistema de Informação?.....	141
A oportunidade e o desafio: como avançar na tarefa inconclusa de articular a questão hemisférica com a nacional?	142

Anexo 1145

Acordo Ministerial Hemisférico
Plano AGRO 2003-2015 para a Agricultura
e Vida Rural nas Américas
Panamá 2003 – Guaiacuil 2005
Guatemala 2007 – Jamaica 2009

- A Visão Compartilhada de 2015 e
as Ações Estratégicas correspondentes
aos 12 Propósitos da AGRO-Matriz..... 146



QUINTA CÚPULA DAS AMÉRICAS
Port of Spain, Trinidad e Tobago
17 a 19 de abril de 2009

Declaração de Compromisso of Port Spain
Garantindo o Futuro dos nossos Cidadãos através da Promoção
da Prosperidade Humana, Segurança Energética
e Sustentabilidade Ambiental

Promoção da Prosperidade Humana

23. Propiciar aos nossos povos acesso adequado e oportuno ao alimento saudável e nutritivo é um dos desafios mais imediatos que enfrenta o nosso Hemisfério e, de fato, o mundo inteiro. Reconhecemos o impacto negativo sobre nossos povos das crises de alimentos, quando ocorrem, e nos comprometemos a adotar uma ação urgente e coordenada, em parceria com as organizações internacionais e regionais pertinentes, conforme apropriado, para desenvolver e implementar políticas e programas abrangentes a fim de enfrentar esses desafios de segurança alimentar. Reafirmamos nosso compromisso com o objetivo de desenvolvimento do Milênio de reduzir pela metade, o mais tardar até 2015, a proporção da população que sofre de fome; e levamos em consideração a Resolução 63/235 da Assembleia Geral das Nações Unidas, que exorta a abordar esses desafios.

24. Exortamos nossos Ministros da Agricultura a desenvolverem atividades destinadas a abordar as questões que afetam o acesso e a disponibilidade de alimentos, a fim de combater a desnutrição crônica e

promover políticas de nutrição adequadas para nossos povos. Apoiamos a promoção de investimentos na agricultura, bem como o fortalecimento da capacidade institucional de nossos Estados, com vistas a aumentar e intensificar as atividades produtivas, particularmente nos países mais afetados pela fome.

25. Acreditamos que uma abordagem multidimensional e multissetorial da agricultura e da vida rural é fator-chave para o desenvolvimento sustentável e segurança alimentar. Neste sentido e no contexto do Plano AGRO 2003-2015 da Quarta Reunião Ministerial sobre Agricultura e Vida Rural nas Américas, realizada na Guatemala em 2007, apoiamos os esforços para reposicionar os temas e prioridades agrícolas e rurais em nossas estratégias nacionais, comprometendo-nos a fortalecer as abordagens e ações estratégicas nos níveis nacional, sub-regional, regional e hemisférico, com o apoio do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) e de outras organizações pertinentes.

Apresentação

O Processo Ministerial “Agricultura e Vida Rural nas Américas”, iniciado em Bávaro em 2001 pelos Ministros e Secretários da Agricultura das Américas e seus Delegados, viu-se fortalecido ante os resultados da Semana da Agricultura e Vida Rural das Américas, realizada em Montego Bay, Jamaica, de 26 a 30 de outubro de 2009, sob o lema “*Construindo capacidade para melhorar a segurança alimentar e a vida rural nas Américas.*”

Nos foros dos Ministros e Secretários da Agricultura das Américas (Quinta Reunião Ministerial), seus Delegados Ministeriais (GRICA 2009) e agroempresários, os líderes debateram temas prioritários para o desenvolvimento da agricultura e o melhoramento da vida rural, identificaram os desafios a enfrentar e adotaram um conjunto de ações estratégicas a serem empreendidas articuladamente pelos atores do agro no biênio 2010-2011.

Com a adoção do Acordo Ministerial Hemisférico Jamaica 2009, renova-se o compromisso dos países com o Plano AGRO 2003-2015 para a Agricultura e a Vida Rural nas Américas, ao mesmo tempo que o Processo Ministerial se fortalece com as “... *principais diretrizes estratégicas que inspiram este acordo, respaldadas pelos processos Ministerial e de Cúpulas das Américas, são as seguintes:*

- *aumentar a capacidade nacional para lograr o melhoramento da segurança alimentar e da vida rural,*
- *fortalecer o posicionamento dos temas e prioridades da agricultura e do desenvolvimento rural na consciência pública e nas estratégias nacionais,*
- *investir mais em agricultura e desenvolvimento rural,*
- *promover junto aos atores do agro uma forma ampla de conceber e trabalhar a agricultura e o meio rural, e*

- incentivá-los a aplicar o enfoque “trabalhando juntos” para o melhoramento da agricultura e da vida rural nas Américas.”

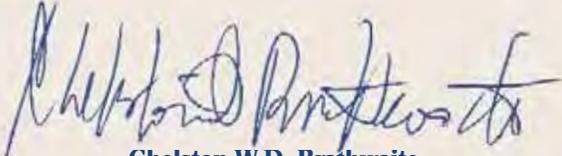
Os Acordos Ministeriais Hemisféricos (AMH), adotados desde a Primeira Reunião Ministerial (Bávaro, 2001) até o presente, refletem a expressão política e soberana dos líderes do agro dos países com respeito à Visão Compartilhada de 2015 da Agricultura e da Vida Rural, às ações estratégicas que é preciso impulsionar em conjunto para ir ao encontro dessa visão e às medidas para facilitar a implementação de tais ações.

Com o propósito de manter a memória histórica do Processo Ministerial, esta publicação apresenta, na primeira parte, a íntegra do texto de todos os acordos adotados da Primeira à Quinta Reunião Ministerial. Da segunda parte consta um resumo do Processo Ministerial “Agricultura e Vida Rural nas Américas”. Além disso, o Anexo I inclui o conjunto das **ações estratégicas** vigentes do Plano AGRO 2003-2015, adotadas nas Reuniões Ministeriais do Panamá (2003), Guaiaquil (2005), Guatemala (2007) e Jamaica (2009).

A percepção da sociedade, de seus líderes e de suas instituições a respeito da contribuição da agricultura e do setor rural para o desenvolvimento é uma questão de suma importância para alcançar o posicionamento político de suas prioridades nas estratégias nacionais. Com frequência essa posição é desfavorável, tendo em vista que a informação à que a sociedade tem acesso mostra uma visão distorcida e reduzida da contribuição real e potencial da agricultura, do meio rural e de sua população para o desenvolvimento integral dos países.

Mudar essa percepção é um desafio de todos. Para enfrentá-lo contamos com o quadro dos mandatos sobre agricultura e vida rural do Processo de Cúpulas das Américas, que nos credencia, e com os AMH, que são o ponto de referência para a ação conjunta com outros atores e a expressão desse compromisso.

Por isso é preciso que, em cada um dos nossos âmbitos de influência, exerçamos uma liderança que propicie o enfoque do “trabalhando juntos pelo agro das Américas” com os atores dos setores público e privado e a sociedade civil. Isso levará à construção e ao fortalecimento das capacidades nacionais no plano humano, científico, tecnológico, organizacional, institucional e financeiro, facilitando, assim, o desenvolvimento sustentável da agricultura e do meio rural nos países das Américas.



Chelston W.D. Brathwaite

Diretor-Geral

Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura

Secretaria da Reunião Ministerial

“Agricultura e Vida Rural nas Américas”

PARTE 1

**OS ACORDOS
MINISTERIAIS HEMISFÉRICOS**

JAMAICA 2009: QUINTA REUNIÃO MINISTERIAL

- **Processo Ministerial 2008-2009:**
de Guatemala 2007 a Jamaica 2009
- **Acordo Ministerial Hemisférico Jamaica 2009**

Quinta Reunião Ministerial - 2009



Na Quinta Reunião Ministerial “Agricultura e Vida Rural nas Américas” no Contexto do Processo de Cúpulas das Américas, os Ministros atualizaram o Plano AGRO 2003-2015 mediante o *Acordo Ministerial Hemisférico Jamaica 2009 para a Agricultura e a Vida Rural nas Américas*.

O PROCESSO MINISTERIAL 2008-2009:

de Guatemala 2007 a Jamaica 2009

O Processo Ministerial “Agricultura e Vida Rural” 2008-2009, referente à Quinta Ministerial Jamaica 2009, esteve centrado na implementação do Acordo Ministerial Hemisférico Guatemala 2007, aprovado na Quarta Ministerial. Por meio das ações estratégicas e das medidas adotadas para sua implementação e seguimento, este Acordo e outros que o complementam realizaram basicamente o seguinte:

- promover, junto aos atores do agro, uma forma ampla de conceber e trabalhar a agricultura e o meio rural,
- incentivá-los a aplicar o enfoque “trabalhando juntos” com vistas ao melhoramento da agricultura e da vida rural nas Américas
- Reposicionamento da questão rural nas estratégias nacionais e
- a atualização da Agenda Hemisférica do biênio 2010-2011 e as medidas para sua implementação.

No início de 2008, a Jamaica, na condição de país sede da Quinta Reunião Ministerial, assumiu a Presidência do Processo Ministerial 2008-2009, conferindo-lhe direção e liderança. Nesse sentido, em sua publicação “Rumo à Jamaica 2009: Construindo capacidade para aumentar a segurança alimentar e a vida rural nas Américas”, a Presidência propôs o lema norteador do Processo e de sua Reunião Ministerial, e assim se expressou o Dr. Christopher Tufton, Ministro da Agricultura e Pesca da Jamaica:

“É preciso fazer, portanto, um chamamento urgente para que a região estabeleça, deliberadamente, as medidas apropriadas para desenvolver a capacidade local requerida no setor agrícola a fim de aumentar a produção e a produtividade com vistas a melhorar a segurança alimentar e a renda nos territórios rurais.”

Complementando o seu pensamento, no início de 2009 o Ministro Tufton informou a seus colegas das Américas o caminho a ser seguido até a Quinta

Reunião Ministerial, em termos da implementação dos Acordos Guatemala 2007, e as reuniões que deveriam acontecer durante a “Semana da Agricultura e Vida Rural nas Américas”. Por sua vez, o Senhor Donovan Stanberry, Delegado Ministerial da Agricultura e Vida Rural da Jamaica e Presidente do GRICA 2009, fez do conhecimento dos Delegados e Delegadas Ministeriais da Agricultura o processo ministerial e as tarefas que cabia realizar para começar a formular, nos países, o Acordo Ministerial Hemisférico Jamaica 2009.

O papel dos Delegados e Delegadas Ministeriais foi fundamental no desenvolvimento do Processo Ministerial 2008-2009. De modo geral, e segundo as diferentes ênfases atribuídas em cada país, os Delegados e Delegadas envidaram esforços neste sentido:

- coordenar a implementação dos Acordos Ministeriais Hemisféricos de que os incumbiram os Ministros na Quarta Reunião Ministerial;
- informar, mediante coordenação com o respectivo Ministério das Relações Exteriores, a difusão e o seguimento dos mandatos das Cúpulas sobre agricultura e vida rural;
- preparar o relatório nacional sobre os avanços alcançados e os desafios encontrados na implementação do Acordo Ministerial Hemisférico Guatemala 2007; e
- participar na preparação do Acordo Ministerial Hemisférico Jamaica 2009.

Com base no *“Relatório Nacional 2009 sobre Avanços e Desafios na Implementação do Acordo Ministerial Hemisférico Guatemala 2007”*, apresentado por 29 Estados membros, o IICA, na qualidade de Secretaria do Processo Ministerial, preparou o “Documento Base para o Diálogo Hemisférico 2009”. Foi com foco nesse documento que se orientou o trabalho do Foro Hemisférico de Delegados Ministeriais, a Reunião GRICA 2009, para elaborar o AMH Jamaica 2009 e formar o consenso necessário.

O diálogo hemisférico, liderado pelos Ministros da Agricultura com o apoio dos Delegados Ministeriais, constituiu um elemento distintivo e indispensável do Processo Ministerial “Agricultura e Vida Rural nas Américas” para alcançar os AMH. O diálogo permite promover a participação dos setores público e privado e da sociedade civil nos países e constitui um respaldo à pertinência e legitimidade das diretrizes estratégicas que adotam os Ministros nas Reuniões Ministeriais “Agricultura e Vida Rural nas Américas”.

De fato, o diálogo travado na Reunião GRICA 2009 (26 e 27 de outubro) possibilitou aos Delegados e Delegadas Ministeriais chegarem ao consenso hemisférico quanto aos temas e ações estratégicas da Agenda Hemisférica 2010-2011 e às medidas necessárias à sua implementação e seguimento. Esse consenso, plenamente avalizado no foro ministerial, está consignado no *“Acordo Ministerial Hemisférico Jamaica 2009 para a Agricultura e a Vida Rural nas Américas”*.

O Acordo Ministerial Hemisférico Jamaica 2009

Este AMH atualiza o Plano de Ação AGRO 2003-2015 para a Agricultura e a Vida Rural nas Américas ao incluir temas e ações estratégicas complementares e medidas renovadas para implementar o AMH e fazê-lo avançar no biênio 2010-2011.

As principais estratégias que inspiram o Acordo são: (i) aumentar a capacidade nacional para lograr o melhoramento da segurança alimentar e da vida rural; (ii) fortalecer o posicionamento dos temas e prioridades da agricultura e do desenvolvimento rural na consciência pública e nas estratégias nacionais; (iii) investir mais em agricultura e desenvolvimento rural; (iv) promover junto aos atores do agro uma forma ampla de conceber e trabalhar a agricultura e o meio rural, e (v) incentivá-los a aplicar o enfoque “trabalhando juntos” para o melhoramento da agricultura e da vida rural nas Américas.

Na primeira parte do Acordo, a Agenda Hemisférica 2010-2011, os Ministros adotaram ações estratégicas para os seguintes temas prioritários:

- Mais e melhores alimentos
- Diversificação da cesta de alimentos
- Armazenamento e processamento de alimentos
- Sanidade agropecuária e inocuidade dos alimentos
- Gestão de solos e água
- Posse da terra e titulação
- Gestão de riscos e emergências agrícolas

- Mudanças climáticas
- Gestão agroambiental multissetorial
- Gestão e liderança
- Produção e renda
- Enfoque territorial
- Mecanismos de coordenação e enfoque de cadeia
- Capacidade institucional
- Investimento em agricultura e desenvolvimento rural

A segunda parte do Acordo apresenta um conjunto de medidas para sua implementação e seguimento e dizem respeito aos seguintes aspectos:

- Difusão do Acordo Ministerial Hemisférico Jamaica 2009 e da AGRO-Matriz
- Mecanismos e estratégias regionais
- Apoio e alinhamento dos organismos internacionais
- Atualização da Agenda Hemisférica
- Foros de diálogo de outros atores do agro
- Mecanismos de implementação

As diretrizes expressadas no AMH Jamaica 2009, junto com os mandatos sobre agricultura e vida rural estabelecidos na ***“Declaração de Compromisso de Porto Espanha”*** da Quinta Cúpula das Américas (Trinidad e Tobago, 2009), constituem o quadro político hemisférico que orientará o Processo Ministerial 2010-2011 rumo à Sexta Reunião Ministerial “Agricultura e Vida Rural nas Américas”.



RM5/AMH9-2009
29 de outubro de 2009

PLANO AGRO 2003-2015

ACORDO MINISTERIAL HEMISFÉRICO JAMAICA 2009 PARA A AGRICULTURA E A VIDA RURAL NAS AMÉRICAS

Construindo capacidade para melhorar a segurança alimentar e a vida rural nas Américas

Nós, Ministros e Secretários da Agricultura ou Chefes de Delegação, reunidos na Quinta Reunião Ministerial “Agricultura e Vida Rural nas Américas” na Cidade de Montego Bay, Jamaica, e no contexto do processo de Cúpulas das Américas, dando seguimento ao Acordo Ministerial Guatemala 2007 e aos mandatos relacionados com agricultura, segurança alimentar e vida rural da Quinta Cúpula das Américas (Port of Spain, Trinidad e Tobago, 2009), por este acordo reafirmamos nosso compromisso com a implementação e atualização do Plano AGRO 2003-2015 para a Agricultura e a Vida Rural das Américas.

Por conseguinte, tendo visto os relatórios nacionais sobre os avanços alcançados e os desafios identificados na implementação do Plano AGRO durante o Processo Ministerial 2008-2009 e com base no consenso obtido pelos Delegados Ministeriais na Reunião do GRICA de 2009 (Grupo de Implementação e Coordenação dos Acordos sobre Agricultura e Vida Rural), adotamos as **ações estratégicas** da Agenda Hemisférica do biênio 2010-2011 e as **medidas** destinadas à implementação e ao seguimento do Plano AGRO.

Agenda Hemisférica 2010-2011

Na atualização da Agenda Hemisférica do biênio 2010-2011, consideramos as **ações estratégicas** adotadas em 2003, 2005 e 2007, ainda em vigor, e os novos desafios e prioridades identificados pelos países no Processo Ministerial 2008-2009, principalmente no que concerne à segurança alimentar, à crise

econômica global e às mudanças climáticas e seus impactos na agricultura e no meio rural.

Na definição das ações estratégicas desta Agenda Hemisférica e em consonância com a forma de conceber e trabalhar a agricultura e o meio rural, continuamos a utilizar a AGRO-Matriz aplicada pelos Ministros e Delegados Ministeriais na elaboração do Plano AGRO em 2003 e dos Acordos Ministeriais Hemisféricos Guaiáquil 2005 e Guatemala 2007.

A AGRO-Matriz

Concepção Sistêmica	Territórios rurais	Cadeias agroprodutivo-comerciais	Contexto nacional e internacional	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS
Enfoque do desenvolvimento sustentável				
Produtivo-comercial	I. Fomentando empresas rurais competitivas	II. Integrando as cadeias e fortalecendo sua competitividade	III. Promovendo o entorno favorável à agricultura competitiva	Competitividade
Ecológico-ambiental	IV. Assumindo a responsabilidade ambiental no campo	V. Do campo à mesa: incentivando a gestão ambiental integrada	VI. Participando na construção da institucionalidade ambiental	Gestão sustentável dos recursos naturais
Sociocultural e humana	VII. Qualidade de vida nas comunidades rurais: criando capacidades e oportunidades	VIII. Fortalecendo o aprendizado e o conhecimento na cadeia	IX. Promovendo políticas para a criação de capacidades para as comunidades rurais	Equidade
Político-institucional	X. Fortalecendo a participação e a ação coordenada público-privada nos territórios	XI. Fortalecendo o diálogo e o compromisso entre atores de cadeia	XII. Fortalecendo políticas de Estado e a cooperação regional e hemisférica para a agricultura e a vida rural	Governança
OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	<p>PROSPERIDADE RURAL – SEGURANÇA ALIMENTAR – POSIÇÃO INTERNACIONAL</p>			OBJETIVO SUPERIOR DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AGRICULTURA E DO MEIO RURAL

Nesse contexto, as principais diretrizes estratégicas que inspiram este acordo, respaldadas pelos processos Ministerial e de Cúpulas das Américas, são as seguintes:

- aumentar a capacidade nacional para lograr o melhoramento da segurança alimentar e da vida rural,
- fortalecer o posicionamento dos temas e prioridades da agricultura e do desenvolvimento rural na consciência pública e nas estratégias nacionais,
- investir mais em agricultura e desenvolvimento rural,
- promover junto aos atores do agro uma forma ampla de conceber e trabalhar a agricultura e o meio rural, e
- incentivá-los a aplicar o enfoque “trabalhando juntos” para o melhoramento da agricultura e da vida rural nas Américas.

Portanto, expressamos nossa vontade de impulsionar, juntamente com outros atores da agricultura e da vida rural, as seguintes *ações estratégicas*:

I. Fomentando empresas rurales competitivas

(Territórios rurais – dimensão produtivo-comercial)

Mais e melhores alimentos

1. Promover a inovação tecnológica e difundir o uso de boas práticas de produção e tecnologia em bases científicas, inclusive as ambientais e sanitárias, entre produtores, organizações de produtores, líderes locais e profissionais que prestam assistência técnica com vistas contribuir para a produção, a produtividade, a nutrição, a qualidade e inocuidade dos alimentos, a competitividade e a sustentabilidade das atividades agropecuárias.

Diversificação da cesta de alimentos

2. Mejorar la calidad de vida en las áreas rurales alentando la 1. Melhorar a qualidade de vida nas áreas rurais, incentivando a produção de produtos tradicionais de consumo local e de sua

cultura, potencializando o uso de espécies e variedades subutilizadas e promovendo o aumento de sua produtividade e comercialização mediante, entre outros, a pesquisa com vistas a contribuir para a diversificação da cesta de alimentos, o abastecimento local, a segurança alimentar e a preservação da biodiversidade.

II. Integrando as cadeias e fortalecendo sua competitividade

(Cadeias agroprodutivo-comerciais – dimensão produtivo-comercial)

Armazenamento e processamento de alimentos

3. Promover o melhoramento da tecnologia e infraestrutura de coleta, armazenamento e processamento de alimentos mediante o investimento público e privado a fim de contribuir para o melhor aproveitamento da produção agropecuária, a redução das perdas pós-colheita e o aumento do abastecimento de alimentos nos mercados nacionais e de exportação.

III. Promovendo o entorno favorável à agricultura competitiva

(Contexto nacional e internacional – dimensão produtivo-comercial)

Sanidade agropecuária e inocuidade dos alimentos

4. Fortalecer o desenvolvimento de capacidades e a modernização da institucionalidade nacional e internacional no âmbito da sanidade agropecuária e da inocuidade dos alimentos com o propósito de melhorar:
 - a situação veterinária, fitossanitária e de saúde pública dos países,
 - a harmonização das medidas sanitárias e fitossanitárias, de acordo com as normas internacionais e em bases científicas,

- os controles fronteiriços e de doenças transfronteiriças, e
- a capacidade de gestão para prevenir e combater a incidência e a propagação dos organismos invasivos e das doenças.

Gestão de solos e água

5. Fortalecer, juntamente com a cooperação de outras instituições nacionais e com o assessoramento técnico de organismos internacionais:
 - a implementação de estratégias nacionais,
 - o intercâmbio internacional de experiências, e
 - a mobilização de recursos, para incrementar a capacidade dos atores do agro a fim de estimular a conservação e a gestão sustentável dos recursos de terra e água para enfrentar a degradação, a desertificação, as inundações e estiagens com vistas à proteção da terra e da água como bens da Humanidade, assim como para incentivar o aumento da produção e da produtividade agropecuária.

Posse da terra e titulação

6. Propiciar programas que facilitem o acesso à terra e o estabelecimento de mecanismos que possibilitem aos pequenos produtores a segurança de sua propriedade e titulação.

Gestão de riscos e emergências agrícolas

7. Aperfeiçoar e desenvolver instrumentos para a gestão de riscos tais como:
 - seguros agropecuários,
 - mecanismos para combater os riscos relacionados com a ocupação ilegal e o furto agropecuário,
 - integração de sistemas de informação de alerta precoce, e
 - redes internacionais de cooperação para a avaliação de riscos, bem como fortalecer a capacidade nacional de gestão integral de emergências na agricultura e no meio rural decorrentes das mudanças climáticas e meteorológicas e da ação do homem.

IV. Assumindo a responsabilidade ambiental no campo

(Territórios rurais – dimensão ecológico-ambiental)

Os desafios identificados estão considerados nas agendas hemisféricas anteriores, razão pela qual não requerem ações estratégicas complementares.

V. Do campo à mesa: incentivando a gestão ambiental integrada

(Cadeias agroprodutivo-comerciais – dimensão ecológico-ambiental)

Os desafios identificados estão considerados nas agendas hemisféricas anteriores, razão pela qual não requerem ações estratégicas complementares.

VI. Participando na construção da institucionalidade ambiental

(Contexto nacional e internacional – dimensão ecológico-ambiental)

Mudanças climáticas

8. Fortalecer a capacidade do setor agrícola para mitigar e adaptar-se às mudanças climáticas mediante o desenvolvimento e a implementação de estratégias que compreendam:
 - a coordenação entre políticas ambientais e de segurança alimentar,
 - o desenvolvimento de incentivos para os que protegem o meio ambiente,
 - a geração e o uso de tecnologias e práticas ambientalmente sustentáveis,
 - maior investimento dos setores público e privado; e
 - avaliação do impacto das mudanças climáticas e intercâmbio de informação.

Gestão agroambiental multissetorial

9. Impulsionar ativamente o enfoque multissetorial para o desenvolvimento de estratégias nacionais com vistas à gestão agroambiental nas áreas rurais.

VII. Qualidade de vida nas comunidades rurais: criando capacidades e oportunidades

(Territórios rurais – dimensão sociocultural e humana)

Gestão e liderança

10. Aprimorar as capacidades de gestão e liderança empresarial mediante a operação de instituições rurais apropriadas, prestando serviços tais como: capacitação, difusão de tecnologia, inovação e informação de mercado, bem como outros serviços para produção e comercialização. Essas atividades deveriam atribuir prioridade especial a pequenos e médios produtores e empresários, trabalhadores rurais, as mulheres e os jovens rurais.

VIII. Fortalecendo o aprendizado e o conhecimento na cadeia

(Cadeias agroprodutivo-comerciais – dimensão sociocultural e humana)

Os desafios identificados estão considerados nas agendas hemisféricas anteriores, razão pela qual não requerem ações estratégicas complementares.

IX. Promovendo políticas para a criação de capacidades e oportunidades para as comunidades rurais

(Contexto nacional e internacional – dimensão sociocultural e humana)

Produção e renda

11. Promover o aumento no número de produtores e empresários rurais, bem como o incremento da renda no campo, mediante:
 - sinais claros e de preços de alimentos, assim como das despesas associadas a transporte e processamento,
 - o aumento da capacidade de armazenamento, pós-colheita e comercialização,
 - estratégias nacionais destinadas à incorporação de grupos, organizações e comunidades rurais ao processo produtivo,
 - o aumento do investimento na agricultura,
 - o fortalecimento da pequena e média empresa rural, e
 - a participação das mulheres e dos jovens rurais em atividades produtivas que lhes gerem renda, ocupação e emprego e que contribuam para o melhoramento da qualidade de vida no meio rural, priorizando os segmentos que apresentem maior vulnerabilidade social e à insegurança alimentar.

X. Fortalecendo a participação e a ação coordenada público-privada nos territórios

(Territórios rurais – dimensão político-institucional)

Enfoque territorial

12. Promover o uso do enfoque sistêmico, multissetorial e participativo na formulação de políticas e programas, na alocação e na concentração de recursos para o melhoramento da agricultura, da segurança alimentar e do desenvolvimento rural sustentável.

XI. Fortalecendo o diálogo e os compromissos entre atores da cadeia

(Cadeias agroprodutivo-comerciais – dimensão político-institucional)

Mecanismos de coordenação e enfoque de cadeia

13. Promover ou fortalecer, conforme o caso, a criação e operação de mecanismos de coordenação formais entre os atores públicos e privados das cadeias agropecuárias que facilitem, entre outros:
 - a identificação e eliminação dos fatores que restringem sua competitividade,
 - a análise integral, aplicando o enfoque de cadeia,
 - a geração de confiança e de mecanismos institucionais para solucionar os conflitos inerentes a cada cadeia,
 - o melhoramento da logística entre a propriedade agrícola e o consumo final,
 - o melhor cumprimento do marco regulatório,
 - a resposta a crises, e
 - o diálogo, a concertação e o seguimento de compromissos para a ação.

XII. Fortalecendo políticas de Estado e a cooperação regional e hemisférica para a agricultura e a vida rural

(Contexto nacional e internacional – dimensão político-institucional)

Capacidade institucional

14. Fortalecer a capacidade institucional pública e privada para promover:
 - a participação dos atores do agro no desenvolvimento de suas próprias capacidades,
 - a expansão dos serviços técnicos e a inovação tecnológica para melhorar toda a cadeia de valor agrícola com ênfase nos pequenos e médios produtores e nos empresários,

- a formação de capacidades comerciais que beneficiem a agricultura e as comunidades rurais,
- a gestão ambiental nas diferentes atividades da agricultura,
- a coordenação interinstitucional e,
- a participação com conhecimento de causa nos foros internacionais sobre agricultura e vida rural.

Investimento em agricultura e desenvolvimento rural

15. Promover políticas de Estado para aumentar o investimento público e privado, nacional e internacional, bem como para melhorar o financiamento da agricultura, do agronegócio, das cooperativas, das pequenas e médias empresas, da infraestrutura e dos bens públicos para o meio rural.

Implementação e Seguimento

O Plano AGRO 2003-2015 reflete a vontade dos países de trabalhar rumo à Visão Compartilhada de 2015, considerando que os governos nacionais são os principais responsáveis pela implementação da agenda compartilhada e pela coordenação da participação dos demais atores públicos e privados do agro, à luz de seus compromissos e acordos internacionais.

Difusão do Acordo Ministerial Hemisférico Jamaica 2009 e da AGRO-Matriz

16. A implementação do Acordo Ministerial Hemisférico Jamaica 2009 exige uma ação conjunta dos atores dos setores público, privado e social. Portanto, é preciso haver ampla difusão do Acordo Ministerial Hemisférico Jamaica 2009, ação a ser empreendida pelos Delegados Ministeriais com o apoio dos Escritórios do IICA nos países, levando em conta suas políticas de Estado.

A forma ampla e integral em que estão concebidas no Plano AGRO a agricultura e a vida rural (expressada na AGRO-Matriz) constitui a principal contribuição do nosso Processo Ministerial para facilitar a compreensão da contribuição da agricultura e do meio rural ao desenvolvimento dos nossos países, de acordo com a convocação da Declaração de Compromisso de Port of Spain, no sentido de que empreendamos ações em 2009 que propiciem a implementação dos compromissos assumidos por nossos Chefes de Estado e de Governo, em conformidade com os parágrafos 23, 24, 25, 90 e 93 da referida Declaração.

Mecanismos e estratégias regionais

17. Fortalecer as reuniões regionais dos ministros da agricultura e de outros atores pertinentes e atuar em articulação com os mecanismos de integração regional com relação a consultas, identificação de prioridades, coordenação de ações e adoção de políticas regionais sobre assuntos de interesse comum, no contexto do Plano AGRO 2003-2015.

Apoio e alinhamento dos organismos internacionais

18. Reiteramos nosso chamamento às instituições internacionais, tal como o fizemos em 2001, 2003, 2005 e 2007, e lhes solicitamos que se incorporem ativamente à implementação do Acordo Ministerial Hemisférico Jamaica 2009.

Atualização da Agenda Hemisférica

19. A Agenda Hemisférica 2010-2011 é a quarta de seis agendas bienais mediante as quais deverá ser implementado o Plano AGRO. Os governos nacionais prepararão relatórios sobre o progresso alcançado na implementação de cada agenda bienal, identificando os desafios enfrentados. Esses relatórios servirão de insumo para a atualização da Agenda do período 2012-2013. Por conseguinte, incumbimos:
 - os Delegados Ministeriais de elaborar, com o apoio da Secretaria do Processo Ministerial, o relatório nacional sobre o andamento da implementação deste Acordo Ministerial e os desafios encontrados,

- o Foro Hemisférico de Delegados Ministeriais (GRICA) de preparar o Acordo Ministerial sobre o biênio 2012-2013; e
- a Secretaria Técnica de informar, na Sexta Reunião Ministerial, o avanço do Processo Ministerial “Agricultura e Vida Rural nas Américas” e das ações que realizar para assegurar a coordenação desse processo ministerial com o processo de Cúpulas das Américas, a fim de consolidar o posicionamento da agricultura e da vida rural na Sexta Cúpula das Américas, a realizar-se na Colômbia em 2012.

Foros de diálogo de outros atores do agro

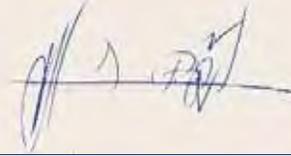
20. Dada a importância da participação de todos os atores da cadeia de valor para o alcance dos objetivos de desenvolvimento da agricultura e do meio rural, consideramos necessário promover foros de diálogo de outros atores, paralelos à Reunião Ministerial, como, por exemplo, da empresa privada e de organizações sociais, entre outros atores chave do agro. Nesse sentido, solicitamos ao IICA e a outras organizações internacionais, parceiros institucionais do processo de Cúpula das Américas, que apoiem a realização desses foros na próxima Reunião Ministerial.

Mecanismos de implementação

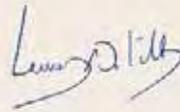
21. Diante de nossas preocupações com respeito à efetiva implementação da Agenda Hemisférica 2010-2011, incumbimos o IICA de proporcionar apoio para fortalecer e monitorar a implementação do Plano AGRO nos Estados membros e facilitar o intercâmbio de experiências.

*Assinado na Cidade de Montego Bay, Jamaica,
em vinte e nove de outubro de dois mil e nove*

Antigua e Barbuda
Hilson Baptiste



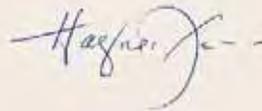
Argentina
Luciano Nicolás Di Tella



Bahamas
Lawrence Cartwright



Barbados
Haynesley Benn



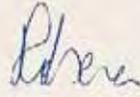
Belize
Rene Montero



Bolivia
Julia Ramos



Brasil
Lino Colsera



Canadá
Stephen Hallihan



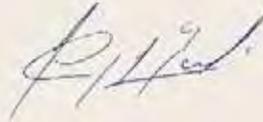
Chile
Iván Nazif Astorga



Colômbia
Ventura Díaz Mejía



Costa Rica
Javier Flores Galarza



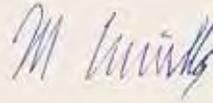
Dominica
Matthew Joseph Walter



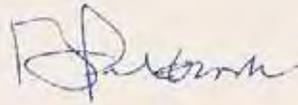
Equador
Ramón Espinel Martínez



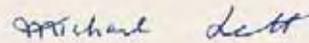
El Salvador
Manuel R. Sevilla Avilés



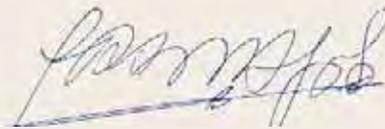
Estados Unidos
Burnhan Philbrook



Grenada
Michael Lett



Guatemala
Rómulo Gramajo Lima



Guiana
Dindyal Permaul

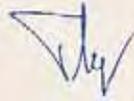


Haiti
Joanas Gue



Honduras

México
Francisco Mayorga Castañeda



Nicarágua
Juan Rodolfo Delgado Romero



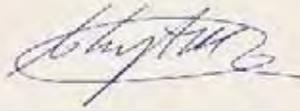
Panamá
Victor Manuel Pérez Batista



Paraguay
Enzo Cardoso Jiménez



Peru
Carlos Leyton Muñoz



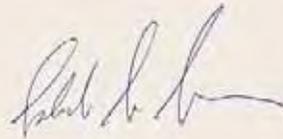
República Dominicana
Salvador Jiménez Arrango



Saint Kitts e Nevis
Cedric Liburd



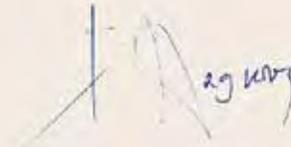
São Vicente e Granadinas
Saboto Caesar



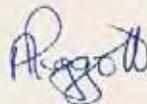
Santa Lúcia
Ezechieel Joseph



Suriname
Kermechend Raghoebarsing



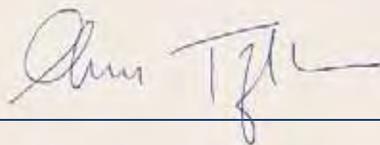
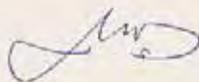
Trinidad e Tobago
Arnold Piggott



Uruguai
Andrés Berterreche Alvarez

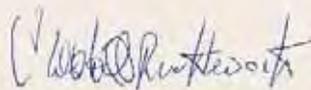


Venezuela
Noel Enrique Martínez Ochoa



Christopher Tufton
Ministro da Agricultura e Pesca da Jamaica
Presidente da Quinta Reunião Ministerial
“Agricultura e Vida Rural nas Américas”

Testemunha de Honra



Chelston W. D. Brathwaite
Diretor-Geral
Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura

GUATEMALA 2007: QUARTA REUNIÃO MINISTERIAL

- **O Acordo Ministerial Hemisférico
Guatemala 2007**

Quarta Reunião Ministerial - 2007



Na Quarta Reunião Ministerial “Agricultura e Vida Rural nas Américas” no Contexto do Processo de Cúpulas das Américas, os Ministros atualizaram o Plano AGRO 2003-2015 mediante o *Acordo Ministerial Hemisférico Guatemala 2007 para a Agricultura e a Vida Rural nas Américas*.

O Acordo Ministerial Hemisférico Guatemala 2007

Assinado há quatro anos, o Plano AGRO 2003-2015 se vê enriquecido pelas diretrizes e ações estratégicas do “Acordo Ministerial Hemisférico Guatemala 2007 para a Agricultura e a Vida Rural nas Américas” e pelas medidas adotadas para sua implementação e seguimento.

Três aspectos significativos para uma institucionalidade renovada caracterizam as decisões dos Ministros e Secretários da Agricultura. Eles são de enorme valor conceptual, prático e político para a ampla gama de atores da agricultura e da vida rural nas Américas interessados ou responsáveis pelo desenvolvimento integral e sustentável.

O primeiro aspecto refere-se a duas vertentes estratégicas que inspiram esse Acordo Ministerial. Essas vertentes sintetizam a base conceptual que vem orientando o Processo Ministerial “Agricultura e a Vida Rural nas -Américas” e a preparação de seus acordos. São elas: a promoção, com os atores do agro, de uma forma ampla de conceber e trabalhar a agricultura e o meio rural, propiciando a esses atores, ao mesmo tempo, o enfoque do “trabalhando juntos pelo agro nas Américas”. Essas duas vertentes, atuando estreitamente, constituem uma complementaridade de grande potencial na formulação e implementação de estratégias e políticas nacionais, regionais e hemisféricas mais efetivas.

Tudo isso se vê fortalecido pelo segundo aspecto marcante do Acordo Guatemala 2007, qual seja, a vontade expressa de impulsionar as ações estratégicas desse Acordo de forma conjunta e coordenada com outros atores da agricultura e da vida rural dos setores público, privado e social. De modo particular, a ênfase reside na participação e formação de parcerias e compromissos para avançar na construção de uma institucionalidade renovada mais favorável ao desenvolvimento sustentável da agricultura e do meio rural, objetivo máximo do Plano AGRO.

O terceiro aspecto relevante do Acordo Guatemala 2007 é mais de natureza política, ou seja, consiste em ver a agricultura e a vida rural no contexto da sociedade e de suas prioridades e das repercussões que adquire nas estratégias e políticas nacionais. De extraordinário valor para o Processo Ministerial rumo a 2009, nesse Acordo está consignado o compromisso ministerial de

participar proativamente no reposicionamento da agricultura e da vida rural e de suas prioridades nas estratégias nacionais, promovendo, ao mesmo tempo, a revalorização da agricultura e do meio rural, entre outros, e contribuindo, assim, para enfrentar as questões estratégicas e emergentes do desenvolvimento.

O objetivo de utilizar essas ações estratégicas é promover na sociedade maior compreensão quanto à contribuição da agricultura e do meio rural para o desenvolvimento, um balanço rural-urbano nas estratégias nacionais e a superação dos desvios e exclusões em detrimento da agricultura e das comunidades rurais. De outro lado, esse espírito e visão política que emanam do Acordo Guatemala 2007 fortalecem o encaminhamento de propostas e prioridades à instância maior do processo de Cúpulas das Américas e da Quinta Cúpula, a realizar-se em Trinidad e Tobago em 2009.

RM4/AMH8-2007

26 julho 2007

PLANO AGRO 2003-2015

ACORDO MINISTERIAL HEMISFÉRICO GUATEMALA 2007

PARA A AGRICULTURA E VIDA RURAL NAS AMÉRICAS

Nós, Ministros e Secretários da Agricultura, reunidos na Quarta Ministerial “Agricultura e Vida Rural nas Américas” no contexto do processo de Cúpulas das Américas, dando seguimento ao Acordo Ministerial Guaiáquil 2005 e ao compromisso assumido com relação a esse Acordo pelos Chefes de Estado e de Governo na Quarta Cúpula das Américas, Mar del Plata 2005, reiteramos nosso compromisso com a implementação e atualização do Plano AGRO 2003-2015 para a Agricultura e a Vida Rural das Américas.

Por conseguinte, tendo visto os relatórios nacionais sobre os avanços alcançados e os desafios identificados na implementação do Plano AGRO durante o processo ministerial 2006-2007 e com base no consenso obtido pelos delegados ministeriais no âmbito do GRICA 2007 (Grupo de Implementação e Coordenação dos Acordos sobre Agricultura e Vida Rural), adotamos as ações estratégicas da Agenda Hemisférica do biênio 2008-2009 e as medidas para sua implementação e o seguimento do Plano AGRO.

Duas diretrizes estratégicas inspiram o Acordo Ministerial Hemisférico Guatemala 2007: a primeira consiste em promover, junto aos atores do agro, uma forma ampla de conceber e trabalhar a agricultura e o meio rural, e a segunda, em incentivá-los a aplicar o enfoque “trabalhando juntos” com vistas ao melhoramento da agricultura e da vida rural nas Américas.

Agenda Hemisférica 2008-2009

Liderança no enfoque integral da agricultura e da vida rural

Na atualização da Agenda Hemisférica do biênio 2008-2009, consideramos as ações estratégicas adotadas em 2003-2005, ainda em vigor, e os novos desafios identificados pelos países no processo ministerial 2006-2007.

Na definição das ações estratégicas desta Agenda Hemisférica e em consonância com a forma em que os Ministros conceberam a agricultura e a vida rural ao elaborarem o Plano AGRO em 2003 e o Acordo Ministerial Hemisférico Guaiaquil 2005, utilizamos o quadro conceptual do Plano AGRO, constante da AGRO-Matriz, que inclui essa concepção renovada da agricultura e da vida rural e a situação desejada para atingir a Visão Compartilhada de 2015.

Portanto, expressamos nossa vontade de impulsionar, juntamente com os atores da agricultura e da vida rural, as seguintes **ações estratégicas**:

I. Fomentando empresas rurais competitivas

(Territórios rurais – dimensão produtivo-comercial)

Capacidade empreendedora, inovadora e empresarial

1. Estimular e impulsionar o desenvolvimento da capacidade empreendedora, inovadora e empresarial nos homens e mulheres das comunidades rurais, de modo a apoiar a geração de novas e novos empresários e empresas e o crescimento sustentado e competitivo das empresas emergentes e existentes.

II. Integrando as cadeias e fortalecendo sua competitividade

(Cadeias agroprodutivo-comerciais – dimensão produtivo-comercial)

Informação de mercado

2. Aumentar a disponibilidade de informação de mercados confiável e oportuna e melhorar o acesso dos produtores rurais e de outros setores vinculados à cadeia produtiva a essa informação mediante a operação de diversos mecanismos ou serviços públicos e privados.

Cadeias incluídas

3. Estimular a integração dos produtores rurais e das micro, pequenas e médias empresas agrícolas às cadeias produtivo-comerciais que contribuam para uma renda sustentável.

III. Promovendo o entorno favorável à agricultura competitiva

(Contexto nacional e internacional – dimensão produtivo-comercial)

Fortalecimento da pequena e média empresa rural

4. Implementar políticas que promovam a coordenação dos setores público e privado com o propósito de melhorar a competitividade dos produtores e das empresas rurais para maximizar o intercâmbio comercial.

Mobilização de recursos

5. Mobilizar recursos públicos e privados para a criação de infraestrutura a fim de promover investimentos no setor rural e uma agricultura competitiva.

IV. Assumindo a responsabilidade ambiental no campo

(Territórios rurais – dimensão ecológico-ambiental)

Plano ambiental-empresarial

6. Promover a formação de capacidades nacionais para desenvolver e executar políticas agroambientais no meio rural em que participem as organizações rurais, a comunidade acadêmica e os setores público e privado.

V. Do campo à mesa: incentivando a gestão ambiental integrada

(Cadeias agroprodutivo-comerciais – dimensão ecológico-ambiental)

Os desafios identificados estão considerados nas agendas hemisféricas anteriores, razão pela qual não requerem ações estratégicas complementares.

VI. Participando na construção da institucionalidade ambiental

(Contexto nacional e internacional – dimensão ecológico-ambiental)

Os desafios identificados estão considerados nas agendas hemisféricas anteriores, razão pela qual não requerem ações estratégicas complementares.

VII. Qualidade de vida nas comunidades rurais: criando capacidades e oportunidades

(Territórios rurais – dimensão sociocultural e humana)

Os desafios identificados estão considerados nas agendas hemisféricas anteriores, razão pela qual não requerem ações estratégicas complementares.

VIII. Fortalecendo o aprendizado e o conhecimento na cadeia

(Cadeias agroprodutivo-comerciais – dimensão sociocultural e humana)

Os desafios identificados estão considerados nas agendas hemisféricas anteriores, razão pela qual não requerem ações estratégicas complementares.

IX. Promovendo políticas para a criação de capacidades e oportunidades para as comunidades rurais

(Contexto nacional e internacional – dimensão sociocultural e humana)

Reposicionamento da questão rural nas estratégias nacionais

7. Participar proativamente no reposicionamento da agricultura e do meio rural e de suas prioridades nas estratégias nacionais, promovendo, na sociedade, maior compreensão quanto a sua contribuição, o equilíbrio rural-urbano na agenda nacional de desenvolvimento e a superação das distorções e exclusões que afetam as comunidades rurais.

X. Fortalecendo a participação e a ação coordenada público-privada nos territórios

(Territórios rurais – dimensão político-institucional)

Formação e seguimento de parcerias e acordos

8. Apoiar os atores rurais e suas organizações na criação de mecanismos de coordenação, concertação e seguimento de parcerias e acordos que facilitem o trabalho conjunto para a implementação das políticas e estratégias nos territórios rurais.

XI. Fortalecendo o diálogo e os compromissos entre atores da cadeia

(Cadeias agroprodutivo-comerciais – dimensão político-institucional)

Os desafios identificados estão considerados nas agendas hemisféricas anteriores, razão pela qual não requerem ações estratégicas complementares.

XII. Fortalecendo políticas de Estado e a cooperação regional e hemisférica para a agricultura e a vida rural

(Contexto nacional e internacional – dimensão político-institucional)

Formação de parcerias e acordos

9. Promover a cooperação e o estabelecimento de parcerias e acordos duradouros em nível nacional, regional e hemisférico que possibilitem a maior participação dos setores privado e social no desenvolvimento e implementação da política pública destinada ao melhoramento da agricultura e da vida rural.

Modernização e fortalecimento institucional do setor público rural

10. Impulsionar a modernização das instituições públicas do setor agrícola a fim de que possam empreender ações e serviços que aprimorem sua vinculação com outros atores públicos, privados e sociais e com parceiros internacionais na implementação do Plano AGRO 2003-2015.

Revalorização da agricultura e do meio rural

11. Impulsionar a revalorização da agricultura e do meio rural, contribuindo para o enfrentamento das questões estratégicas e emergentes do desenvolvimento, propiciando a integração urbano-rural, levando em conta os fatores sociais, políticos, econômicos, ecológicos e culturais implícitos e informando sobre a contribuição multidimensional do agro para o desenvolvimento nacional.

Implementação e Seguimento

Trabalhando juntos pela agricultura e a vida rural nas Américas

O Plano AGRO 2003-2015 reflete a vontade dos países de trabalhar rumo à Visão Compartilhada de 2015, considerando que os governos nacionais são os principais responsáveis pela implementação da agenda compartilhada e pela coordenação da participação dos demais atores do agro, à luz de seus compromissos e acordos internacionais.

Difusão do Plano AGRO e seu Acordo Ministerial Hemisférico Guatemala 2007

12. A implementação do Acordo Ministerial Hemisférico Guatemala 2007 exige uma ação conjunta dos atores dos setores público, privado e social. Portanto, faz-se necessário intensificar a difusão do Plano AGRO e seu Acordo Ministerial Hemisférico Guatemala 2007, ação a ser empreendida pelos delegados ministeriais com o apoio dos respectivos Escritórios do IICA, levando em conta as políticas de Estado dos países.

Como promover a ação conjunta

13. A forma renovada, ampla e integral em que estão concebidas no Plano AGRO a agricultura e a vida rural (expressada na AGRO-Matriz) constitui a principal contribuição do nosso processo ministerial para facilitar a compreensão da contribuição da agricultura e do meio rural ao desenvolvimento dos nossos países. Nesse sentido, e com base no parágrafo 12, instamos a que essa difusão inclua a concepção ampla e integral proposta na AGRO-Matriz e seja realizada, em colaboração com os atores públicos, privados e sociais, na implementação deste Acordo Ministerial.

Mecanismos e estratégias regionais

14. Fortalecer as reuniões regionais dos ministros da agricultura e as de outros atores pertinentes e atuar em articulação com os mecanismos de integração regional com relação a consultas, identificação de prioridades, coordenação de ações e adoção de políticas regionais sobre assuntos de interesse comum, em apoio à implementação do Plano AGRO 2003-2015.

Sistema de Informação

15. Informados sobre o avanço alcançado no desenvolvimento do Sistema de Informação para o Seguimento do Plano AGRO 2003-2015 e seus três componentes, apoiamos a promoção do Sistema nos países, integrando os mecanismos existentes, e solicitamos à Secretaria que informe a Quinta Ministerial sobre os progressos obtidos. Reconhecemos o trabalho realizado sob a liderança do IICA e da CEPAL, com o apoio da FAO e da OPAS, e instamos a que incorporem outros organismos internacionais para que se somem a esse esforço e juntos continuem a apoiar o aprimoramento dessa ferramenta.

Apoio y alineamiento de los organismos internacionales

16. Reiteramos nuestro llamado a las instituciones internacionales, como lo hicimos en 2001, 2003 y 2005, y les solicitamos que se incorporen activamente a la implementación del Acuerdo Ministerial Hemisférico Guatemala 2007. En ese sentido, promoveremos y apoyaremos a nivel nacional la formación y operación de grupos interagenciales.

Apoio e alinhamento dos organismos internacionais

17. A Agenda Hemisférica 2008-2009 é a terceira de seis agendas bienais mediante as quais deverá ser implementado o Plano AGRO. Os governos nacionais prepararão relatórios sobre o progresso alcançado na implementação de cada agenda bienal, identificando os desafios enfrentados. Esses relatórios servirão de insumo para a atualização da Agenda correspondente ao período subsequente. Por conseguinte, incumbimos:

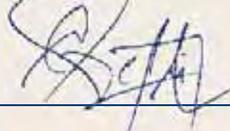
- * os delegados ministeriais de elaborar, com o apoio da Secretaria do Processo Ministerial, o relatório nacional sobre o andamento e os desafios na implementação deste Acordo Ministerial;
- * o Foro Hemisférico de Delegados Ministeriais (GRICA) de atualizar este Acordo Ministerial com relação ao biênio 2008-2009; e
- * a Secretaria Técnica no sentido de informar, na Quinta Ministerial, o avanço do processo ministerial “Agricultura e Vida Rural nas Américas” e das ações que realize para assegurar a coordenação deste processo ministerial com o processo de Cúpulas das Américas, a fim de consolidar o posicionamento da agricultura e da vida rural na Quinta Cúpula das Américas.

*Assinado na Cidade de Antigua, Guatemala,
vinte e seis de julho de dois mil e sete*

Antigua and Barbuda
Joanne Massiah



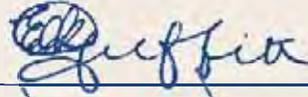
Argentina
Luis Gerardo Petri



Bahamas
Lawrence S. Cartwright



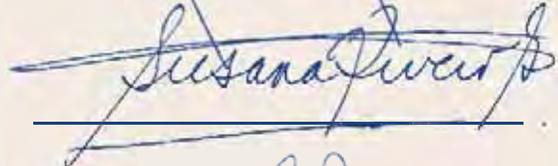
Barbados
Erskine Griffith



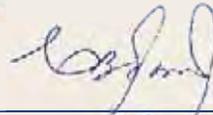
Belize
Juan Vildo Marín



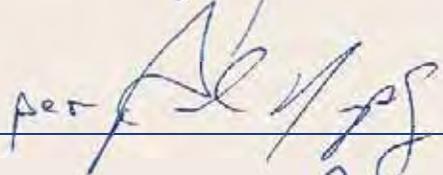
Bolivia
Susana Rivero Guzmán



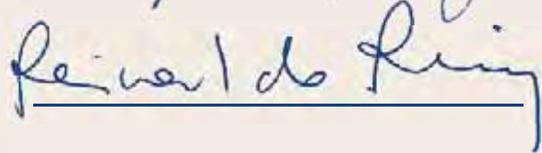
Brasil
Célio Brovino Porto



Canadá
Christian Paradis



Chile
Reinaldo Ruiz



Colombia
Lorena Garnica de la Espriella



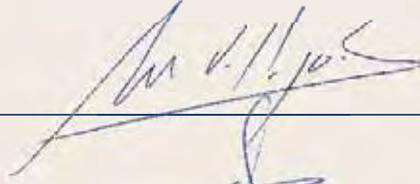
Costa Rica
Marco Vargas



Dominica
Claudia Bellot



Ecuador
Carlos Danilo Vallejo



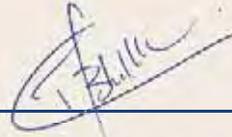
El Salvador
Mario Ernesto Salaverría



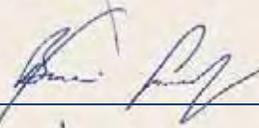
Estados Unidos
Ellen Terpstra



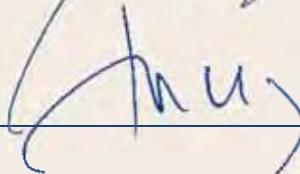
Grenada
Roland Bolha



Guiana
Brian Greenidge



Haiti
François Séverin



Honduras
Héctor Hernández



Jamaica
Donovan Stanberry



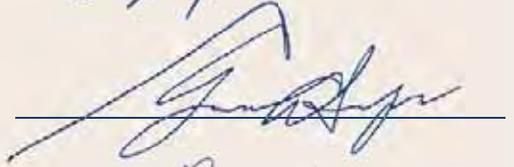
México
Victor Manuel Villalobos



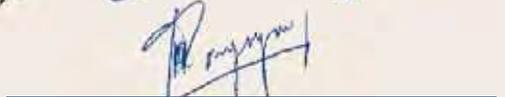
Nicarágua
Ariel Bucardo



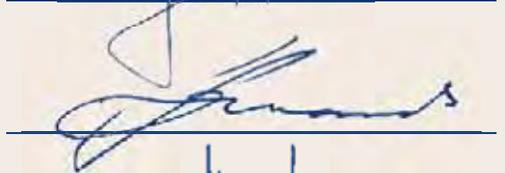
Panamá
Guillermo Salazar



Paraguai
Miguel Angel Pangrazio



Perú
Ismael Benavides



República Dominicana
Salvador Jiménez



São Cristobal e Neveis
Cedric Roy Liburd



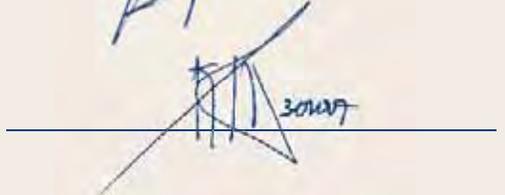
São Vicente e Granadinas
Montgomery Daniel



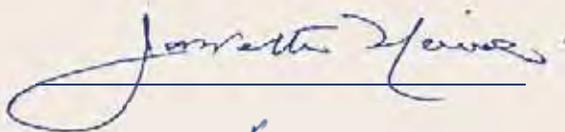
Santa Lúcia
Ezechiele Joseph



Surinam
Kermechend Stanley
Raghoebarsing



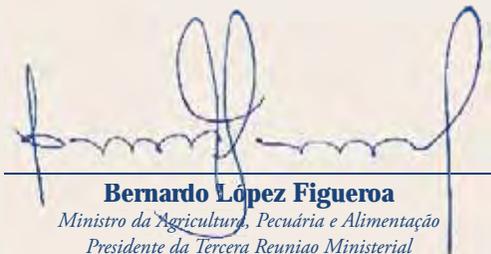
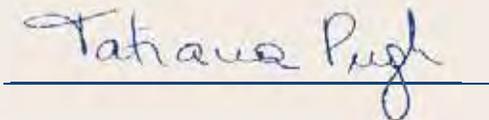
Trinidad e Tobago
Jarrette Narine



Uruguai
José Mujica



Venezuela
Tatiana Pugh



Bernardo López Figueroa

*Ministro da Agricultura, Pecuária e Alimentação
Presidente da Terceira Reunião Ministerial*

Testemunhas de Honra



Oscar Berger Perdomo

Presidente de la República de Guatemala



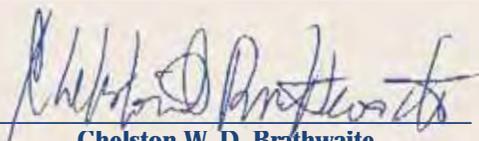
Gert Rosenthal Koenigsberger

*Ministro das Relações Exteriores
de Guatemala*



Luis Alberto Rodriguez

*Coordenador da Quinta
Cúpula das Américas*



Chelston W. D. Brathwaite

Diretor- Geral

Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura

GUAIAQUIL 2005: TERCEIRA REUNIÃO MINISTERIAL

■ **Apresentação**

■ **Os Acordos Ministeriais Hemisféricos de 2005**

Plano de Ação AGRO 2003-2015. Acordo Ministerial de Guaiaquil para a Agricultura e a Vida Rural nas Américas

Implementação e o Seguimento do Plano de Ação AGRO 2003-2015 em Preparação à Quarta Reunião Ministerial

Sistema de Informação para o Seguimento do Plano de Ação AGRO 2003-2015

Proposta Ministerial em Matéria de Agricultura e Vida Rural à Quarta Cúpula das Américas.



“Criar Trabalho para Enfrentar a Pobreza e Fortalecer a Governabilidade Democrática”

Os Chefes de Estado e de Governo das Américas propiciam o crescimento com geração de emprego e um quadro institucional renovado e apóiam a implementação do Plano de Ação AGRO 2003-2015

Comprometemo-nos a construir um ambiente institucional mais sólido e inclusivo, com base na coordenação das políticas públicas nos campos econômico, trabalhista e social, a fim de contribuir para a geração de emprego decente, que compreenderá:

Um ambiente global para o desenvolvimento do setor rural e agropecuário que promova o investimento, a geração de emprego e a prosperidade rural.

**Quarta Cúpula das Américas, 2005
Parágrafo 55 g), Declaração de Mar del Plata**

Para tanto, os mandatários definiram como compromisso nacional:

Apoiar a implementação do Acordo Ministerial de Guaiquil 2005 sobre Agricultura e a Vida Rural nas Américas (Plano AGRO 2003-2015).

**Quarta Cúpula das Américas, 2005
Parágrafo 35, Plano de Ação**

Terceira Reunião Ministerial – 2005



Na Terceira Reunião Ministerial “Agricultura e Vida Rural nas Américas”, no contexto do Processo de Cúpulas das Américas, os Ministros atualizaram o Plano AGRO 2003-2015 por meio do *Acordo Ministerial de Guaiaquil para a Agricultura e a Vida Rural nas Américas*. Além disso, adotaram outros acordos hemisféricos referentes à implementação e ao seguimento do Plano e à Proposta Ministerial à Quarta Cúpula das Américas.



“Criar Trabalho para Enfrentar a Pobreza e Fortalecer a Governabilidade Democrática”

Os mandatários solicitam aos organismos internacionais que continuem a apoiar a implementação e o seguimento dos mandatos e compromissos das Cúpulas

Encarregamos às instituições membros do Grupo de Trabalho Conjunto de Cúpulas constituído pela Organização dos Estados Americanos, Banco Interamericano de Desenvolvimento, Comissão Econômica para América Latina e o Caribe, Organização Pan-Americana da Saúde, Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, Banco Centro-Americano para a Integração Econômica, Banco Mundial, Organização Internacional do Trabalho, Organização Internacional para as Migrações, Instituto para a Conectividade das Américas, Banco de Desenvolvimento do Caribe, Corporação Andina de Fomento que, sob a coordenação da OEA, continuem a apoiar, por meio de suas respectivas atividades e programas, o acompanhamento e a implementação das Declarações e dos Planos de Ação das Cúpulas das Américas, bem como desta Declaração e do Plano de Ação de Mar del Plata e que prestem sua assistência nos preparativos de futuras Cúpulas.

**Quarta Cúpula das Américas, 2005
Parágrafo 75, Declaração de Mar del Plata**

Solicitar ao IICA e à CEPAL que prossigam em seus esforços no sentido de desenvolver um sistema de informações para o acompanhamento e avaliação do Plano AGRO 2003-2015 e, aos membros do Grupo de Trabalho Conjunto de Cúpulas que se unam a tais esforços como contribuição para a definição de metas e indicadores para os mandatos das Cúpulas das Américas.

**Quarta Cúpula das Américas, 2005
Parágrafo 43, Plano de Ação**

Apresentação

A realização da Terceira Reunião Ministerial “Agricultura e Vida Rural nas Américas”, em Guaiaquil (30 e 31 de agosto de 2005), constitui um novo marco para a renovação da agricultura e da vida rural, que as aproxima da Visão Compartilhada de 2015, aprovada no Plano de Ação AGRO 2003-2015. Nesse sentido, esse terceiro foro ministerial hemisférico permitiu que os Ministros da Agricultura reiterassem o compromisso com os mandatos emitidos pelos Chefes de Estado e de Governo nas duas últimas Cúpulas das Américas (Québec, 2001 e Monterrey, 2004) e que dele emanasse uma contribuição à Quarta Cúpula das Américas (Mar del Plata 2005).

Com o **Acordo Ministerial de Guaiaquil para a Agricultura e a Vida Rural nas Américas** os Ministros reafirmam e reforçam o compromisso com o Plano de Ação AGRO 2003-2015 e seus componentes, a Visão Compartilhada de 2015 e os Objetivos Estratégicos. De fato, o Acordo Ministerial de Guaiaquil, assinado na Terceira Reunião Ministerial, atualiza o Plano AGRO ao estabelecer ações estratégicas complementares para o biênio 2006-2007 e medidas para sua implementação e seguimento.

Essa importante decisão ministerial tem um impacto positivo no foro político de mais alto nível do Hemisfério. Com efeito, sob o lema “*Criar trabalho para enfrentar a pobreza e fortalecer a governabilidade democrática*”, os governantes das Américas, reunidos em sua Quarta Cúpula, assumem o compromisso nacional de apoiar a implementação do Acordo Ministerial de Guaiaquil como uma ação concreta para alcançar crescimento com geração de emprego.

Os Acordos Ministeriais Hemisféricos apresentados nesta publicação são a expressão soberana da vontade política dos países. Foram formulados e aprovados mediante um processo de diálogo amplo e transparente em nível hemisférico, no qual tiveram atuação destacada os Delegados Ministeriais e seu foro, o Grupo de Implementação e Coordenação dos Acordos sobre Agricultura e Vida Rural (GRICA).

Em 2005, sob a presidência do Equador, o GRICA realizou várias sessões em São José, Costa Rica (7 e 8 de julho) e em Guaiquil (29 de agosto). Nesses encontros, os Delegados Ministeriais formaram consenso sobre importantes temas e ações estratégicas previstos nos acordos da Terceira Reunião Ministerial, os quais complementam e dão andamento ao Plano de Ação AGRO 2003-2015.

O processo ministerial “Agricultura e Vida Rural nas Américas”, iniciado em maio de 2001 imediatamente depois da Terceira Cúpula das Américas, teve dois outros marcos importantes: a Primeira Reunião Ministerial (Bávaro, 2001), com a adoção da Declaração Ministerial de Bávaro, e a Segunda Reunião Ministerial (Panamá, 2003), com a assinatura do Plano de Ação AGRO 2003-2015.

O propósito desta publicação é reunir todos os Acordos Ministeriais Hemisféricos sobre Agricultura e Vida Rural no contexto do Processo de Cúpulas das Américas. Por conseguinte, junto aos acordos adotados em Guaiquil em 2005 são apresentados os emanados na Cidade do Panamá, em 2003, e em Bávaro, em 2001.

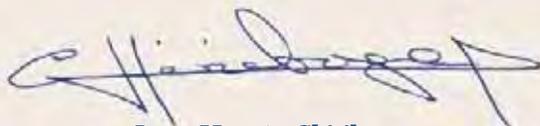
Esperamos que por esse conjunto de acordos seja possível construir uma nova institucionalidade e fortalecer a ação conjunta e a cooperação interamericana. Os mandatos das Cúpulas e os Acordos Ministeriais Hemisféricos são necessários, mas não suficientes, para provocar as mudanças que levem à Visão Compartilhada de 2015. Estamos a uma década de 2015; façamos desses mandatos e acordos um recurso político e técnico para a formulação de políticas de Estado, para a promoção dos investimentos e para a criação de um ambiente favorável ao desenvolvimento sustentável da agricultura e do meio rural, à segurança alimentar e à prosperidade no campo nos países das Américas, mesmo antes de 2015.

Nesse contexto, o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), como parceiro institucional no Processo de Cúpulas das Américas e na qualidade de Secretaria das Reuniões Ministeriais, continuará a emprestar apoio ao processo ministerial com vistas ao melhoramento da agricultura e das comunidades rurais a fim de que tal processo consolide sua articulação com os grandes objetivos, ações e mecanismos destinados à implementação e ao seguimento dos mandatos das Cúpulas das Américas.



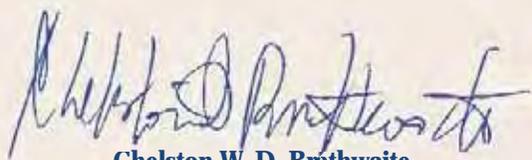
Pablo Rizzo Pastor

*Ministro da Agricultura e Pecuária do Equador
Presidente da Terceira Reunião Ministerial
“Agricultura e Vida Rural nas Américas”*



Jorge Hernán Chiriboga

*Vice-Ministro da Agricultura e Pecuária do Equador
Presidente do GRICA em 2005*



Chelston W. D. Brathwaite

*Diretor-Geral
Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura
Secretaria da Reunião Ministerial*

OS ACORDOS MINISTERIAIS HEMISFÉRICOS DE 2005

A Reunião Ministerial, prévio consenso alcançado pelo GRICA em 2005, adotou os quatro seguintes Acordos Ministeriais Hemisféricos, que complementam os assinados em 2001 e 2003, particularmente com relação ao Plano de Ação AGRO 2003-2015. A seguir, apresentam-se as principais definições dos quatro AMH de 2005.

PLANO DE AÇÃO AGRO 2003-2015. ACORDO MINISTERIAL DE GUAIAQUIL PARA A AGRICULTURA E A VIDA RURAL NAS AMÉRICAS

No Acordo Ministerial de Guaiaquil os Ministros reiteraram seu compromisso com o Plano de Ação AGRO 2003-2015 e seus componentes, quais sejam: a Visão Compartilhada de 2015, os Objetivos Estratégicos, a Agenda Hemisférica e as medidas de implementação e seguimento.

Assim, a Agenda Hemisférica 2006-2007, cujo lema é “Promovendo políticas de Estado para a agricultura e a vida rural”, estabelece as ações estratégicas complementares para os seguintes 11 temas principais:

- áreas de desenvolvimento econômico local
- gestão e certificação de qualidade
- desenvolvimento de produtos baseados na biotecnologia
- geração de energia de fontes alternativas
- políticas para a agroindústria
- serviços ambientais e práticas compatíveis com o ambiente
- oportunidades de mercado para bens e serviços produzidos de forma ambientalmente sustentável
- responsabilidade social nas empresas rurais
- desenvolvimento integral do território rural
- políticas de Estado
- trabalho interinstitucional e multissetorial

Quanto à implementação e ao seguimento do Plano de Ação AGRO 2003-2015 foram estabelecidas medidas para sua atualização, para o fortalecimento dos mecanismos e estratégias regionais com vistas ao melhoramento da agricultura e da vida rural, para o apoio dos organismos internacionais ao processo ministerial para a implementação do Plano e a ação conjunta e coordenada e para o desenvolvimento de um sistema de informação da agricultura e da vida rural destinado ao seguimento e avaliação do Plano.

Acordo Ministerial sobre a Implementação e o Seguimento do Plano de Ação AGRO 2003-2015 em Preparação à Quarta Reunião Ministerial

Nesse acordo, os Ministros (i) incumbem os Delegados Ministeriais e a Secretaria da Reunião Ministerial de difundir o Plano de Ação AGRO 2003-2015 com as atualizações decorrentes do Acordo Ministerial de Guaiquil; (ii) determinam aos Delegados Ministeriais que, com o apoio da Secretaria, elaborem os relatórios nacionais sobre os avanços alcançados na implementação do Plano e os desafios que deparam e, ao GRICA, que atualize o Plano para o biênio 2008-2009; e (iii) incumbem a Secretaria de preparar um relatório sobre o progresso obtido na execução do Plano, bem como sobre as ações empreendidas para coordenar o processo ministerial com o Processo de Cúpulas das Américas.

Acordo Ministerial sobre o Sistema de Informação para o Seguimento do Plano de Ação AGRO 2003-2015

Os Ministros solicitam aos organismos internacionais que apoiaram o esforço inicial para o desenvolvimento de um sistema de informação com vistas ao seguimento e à avaliação do Plano de Ação AGRO 2003-2015 que continuem a envidar esse esforço a fim de poder levar adiante o sistema de informação para a Quarta Reunião Ministerial, a realizar-se em 2007. Da mesma forma, instam outros organismos internacionais a somarem-se a essa iniciativa e solicitam à Secretaria que exponha essa experiência no Grupo de Trabalho Conjunto de Cúpulas.

Acordo Ministerial sobre a Proposta Ministerial em Matéria de Agricultura e Vida Rural à Quarta Cúpula das Américas

Os Ministros solicitaram ao Presidente e à Secretaria da Reunião Ministerial que fossem apresentados os dois parágrafos da proposta ao Grupo de Implementação e Revisão de Cúpulas (GRIC), constituído pelos Coordenadores Nacionais de Cúpulas dos Ministérios das Relações Exteriores, para sua consideração no Projeto de Declaração e Plano de Ação da Quarta Cúpula das Américas, Mar del Plata 2005.

PLANO AGRO 2003-2015
ACORDO MINISTERIAL DE GUAIAQUIL
PARA A AGRICULTURA E A VIDA RURAL NAS AMÉRICAS

Nós, Ministros e Secretários da Agricultura das Américas, reunidos em 30 e 31 de agosto de 2005 na Cidade de Guayaquil, República do Equador, por ocasião da Terceira Reunião Ministerial “Agricultura e Vida Rural nas Américas” no contexto do Processo de Cúpulas das Américas, em cumprimento dos mandatos sobre agricultura e vida rural formulados pelos Chefes de Estado e de Governo na Terceira Cúpula das Américas (Québec, 2001) e na Cúpula Extraordinária (Monterrey, 2004) e dando prosseguimento ao Plano AGRO 2015 para a Agricultura e a Vida Rural das Américas adotado na Segunda Reunião Ministerial, reiteramos nosso compromisso com o referido Plano e seus componentes: a Visão Compartilhada 2015, os Objetivos Estratégicos, a Agenda Hemisférica e a Implementação e o Acompanhamento.

Conseqüentemente, com base nos acordos ministeriais sobre implementação e o Acompanhamento do Plano adotados em 2003 e nos relatórios nacionais de andamento preparados por nossos respectivos ministérios e tendo em vista, ainda, os desafios por eles identificados para implementar o Plano AGRO 2015, atualizamos a Agenda Hemisférica do biênio 2006-2007 e adotamos as medidas necessárias à sua execução e seguimento.

AGENDA HEMISFÉRICA 2006-2007

Promovendo políticas de Estado para a agricultura e a vida rural

Na atualização da Agenda Hemisférica do biênio 2006-2007 foram considerados dois aspectos: as ações estratégicas aprovadas em 2003 ainda vigentes e aquelas que as complementam, identificadas pelos países em 2005.

Para alcançar a Visão Compartilhada 2015 e cumprir os Objetivos Estratégicos, expressamos nossa vontade de continuar a envidar os esforços iniciados em 2003 e, além disso, de impulsionar, juntamente com os atores do setor agroalimentar e do meio rural, assim como com outros atores vinculados ao desenvolvimento da agricultura e da vida rural, as seguintes ações estratégicas complementares:

I. Fomentando empresas rurais competitivas

(Territórios rurais – dimensão produtivo-comercial)

Áreas de desenvolvimento econômico local

1. Fortalecer o desenvolvimento econômico local com o apoio do investimento público e privado e com base num enfoque integrado que aumente a produtividade, a competitividade e a capacidade empresarial das empresas rurais a fim de gerar emprego e melhorar as condições de vida nos territórios rurais.

II. Integrando as cadeias e fortalecendo sua competitividade

(Cadeias agroprodutivo-comerciais – dimensão produtivo-comercial)

Gestão e certificação de qualidade

2. Promover a gestão integrada da qualidade nas cadeias agroprodutivas, incluindo, entre outros, o desenvolvimento de sistemas de sanidade agropecuária e inocuidade dos alimentos e mecanismos de certificação. A informação relacionada com as ferramentas de gestão da qualidade deve ser difundida a fim de facilitar a expansão da produção e do comércio..

Desenvolvimento de produtos com base na biotecnologia

3. Desenvolver novos produtos com base no uso da biotecnologia, no contexto das políticas nacionais de inovação, com a participação coordenada de atores públicos e privados, levando em conta os mecanismos de biossegurança e em consonância com os acordos regionais e internacionais em vigor.

III. Promovendo o entorno favorável à agricultura competitiva

(Contexto nacional e internacional – dimensão produtivo-comercial)

Geração de energia de fontes alternativas

4. Promover políticas de incentivo à geração de energia de fontes alternativas baseadas em atividades agrícolas e agroindustriais, no uso sustentável dos recursos naturais renováveis e na moderna biotecnologia.

Políticas para a agroindústria

5. Estimular a adoção de políticas de desenvolvimento da agroindústria, do agronegócio e da atividade rural não-agrícola voltada para o mercado.

IV. Assumindo a responsabilidade ambiental no campo

(Territórios rurais – dimensão ecológico-ambiental)

Não há ações estratégicas complementares às incluídas na Agenda Hemisférica aprovada em 2003.

V. Do campo à mesa: incentivando a gestão ambiental integrada

(Cadeias agroprodutivo-comerciais – dimensão ecológico-ambiental)

Não há ações estratégicas complementares às incluídas na Agenda Hemisférica aprovada em 2003.

VI. Participando na construção da institucionalidade ambiental

(Contexto nacional e internacional – dimensão ecológico-ambiental)

Serviços ambientais e práticas compatíveis com o meio ambiente

6. Estimular o desenvolvimento de diferentes enfoques e mecanismos que reconheçam o valor dos serviços ambientais proporcionados pelo meio rural e das práticas compatíveis com o meio ambiente.

Oportunidades de mercado para bens e serviços produzidos de maneira ambientalmente sustentável

7. Aprimorar a institucionalidade e consolidar o avanço na produção e comercialização dos produtos agrícolas sustentáveis.

VII. Qualidade de vida nas comunidades rurais: criando capacidades e oportunidades

(Territórios rurais – dimensão sociocultural e humana)

Não há ações estratégicas complementares às incluídas na Agenda Hemisférica aprovada em 2003.

VIII. Fortalecendo o aprendizado e o conhecimento na cadeia

(Cadeias agroprodutivo-comerciais – dimensão sociocultural e humana)

Não há ações estratégicas complementares às incluídas na Agenda Hemisférica aprovada em 2003.

IX. Promovendo políticas para a criação de capacidades e oportunidades para as comunidades rurais

(Contexto nacional e internacional – dimensão sociocultural e humana)

Responsabilidade social nas empresas rurais

8. Incentivar o conceito de responsabilidade social nas empresas rurais, promovendo a criação de empregos e o princípio do trabalho decente, tal como refletem os convênios internacionais.

X. Fortalecendo a participação e a ação coordenada público-privada nos territórios

(Territórios rurais – dimensão político-institucional)

Desenvolvimento integrado do território rural

9. Promover o desenvolvimento rural integrado com base no enfoque multissetorial e participativo e fortalecendo a coordenação público-privada.

XI. Fortalecendo o diálogo e os compromissos entre atores da cadeia

(Cadeias agroprodutivo-comerciais – dimensão político-institucional)

Não há ações estratégicas complementares às incluídas na Agenda Hemisférica aprovada em 2003.

XII. Fortalecendo políticas de Estado e a cooperação regional e hemisférica para a agricultura e a vida rural

(Contexto nacional e internacional – dimensão político-institucional)

Políticas de Estado

10. Promover políticas de Estado de longo prazo para o desenvolvimento do setor agroalimentar e do meio rural, levando em conta os quadros de referência internacionais existentes.

O trabalho interinstitucional e multissetorial

11. Fortalecer a coordenação setorial e multissetorial para facilitar a implementação das políticas de Estado, visando ao melhoramento da agricultura e da qualidade de vida das comunidades rurais.

Implementação e acompanhamento

Fortalecendo a integração regional e a cooperação internacional

O Plano de Ação AGRO 2015 reflete a intenção dos países membros de trabalhar no sentido de uma visão compartilhada, no entendimento de que os governos nacionais são os principais responsáveis pela implementação da agenda compartilhada e pela execução do Plano de Ação à luz de seus compromissos e acordos internacionais.

Atualização das agendas bienais

12. A Agenda Hemisférica 2006-2007 é a segunda de uma série de seis agendas bienais mediante as quais é implementado o Plano AGRO 2015. Os governos nacionais prepararão relatórios sobre seus avanços na implementação de cada agenda bienal, os quais serão apresentados na Reunião Ministerial “Agricultura e Vida Rural nas Américas” realizada ao final de cada período, e deles se valerão para atualizar a agenda do período subsequente.

Mecanismos e estratégias regionais

13. Fortalecer as reuniões regionais de ministros da agricultura e os mecanismos de integração regional da agricultura para consulta, identificação de prioridades, coordenação de ações e adoção de políticas regionais em assuntos de interesse comum, em apoio à implementação das estratégias nacionais destinadas ao melhoramento da agricultura e da qualidade de vida das comunidades rurais.

Apoio dos organismos internacionais e agendas interinstitucionais

14. Reconhecer o apoio dos organismos internacionais ao processo ministerial para a implementação do Plano AGRO 2015 e expressar-lhes os nossos agradecimentos. Solicitamos que continuem a envidar esse esforço, evitando a duplicação de ações e fortalecendo o trabalho interinstitucional e multissetorial. Reiterar nosso apelo, feito em 2001 e em 2003, às instituições internacionais de financiamento, a outros organismos regionais de cooperação e aos governos cooperantes para que se unam a esse esforço institucional, fortalecendo a ação conjunta em

função das estratégias nacionais e regionais com vistas à implementação da agenda compartilhada do Plano AGRO 2015 e seu seguimento.

Sistema de informação sobre agricultura e vida rural

15. Apoiar o desenvolvimento de um sistema de informação sobre agricultura e vida rural com vistas ao seguimento e avaliação do Plano AGRO 2015. Nesse sentido, reconhecemos o esforço inicial envidado pela CEPAL, pelo IICA, pela OPAS, pela FAO e pela UNESCO na identificação de indicadores para o Plano AGRO 2015 e louvamos a recente incorporação da OIT a essa iniciativa. Solicitamos aos mencionados organismos internacionais que continuem a emprestar esse apoio e a outros organismos internacionais vinculados à agricultura e à vida rural que se juntem a nossa iniciativa, proporcionando informações, recursos e apoio técnico para pôr em funcionamento o sistema em 2007.
16. Reconhecendo a importância de desenvolver aferições e esquemas de avaliação apropriados sobre o avanço do Plano AGRO 2015, trabalharemos juntamente com os organismos internacionais na coleta de dados nacionais para alimentar o sistema de informação com vistas ao seguimento do Plano AGRO 2015. Da mesma forma, continuaremos a envidar esforços por definir medidas adequadas para avaliar o progresso do Plano AGRO.

*Assinado na Cidade de Guayaquil, República do Equador,
em trinta e um de agosto de dois mil e cinco.*

Antigua e Barbuda
Charlesworth T. Samuel

Argentina
Miguel Santiago Campos

Bahamas
V. Alfred Gray

Barbados
Erskine Griffith

Belize
Jaime David Burgos

Bolivia
Guillermo Ribera Cuellar

Brasil
Roberto Rodrigues Rodrigues

Canadá
Wayne Easter

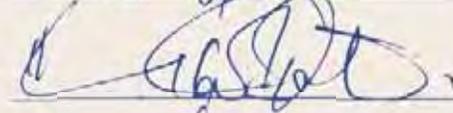
Chile
Arturo Barrera Miranda

Colômbia
Fernando Arbeláez Soto

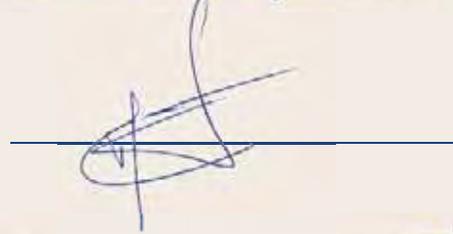
Costa Rica
Rodolfo Coto Pacheco



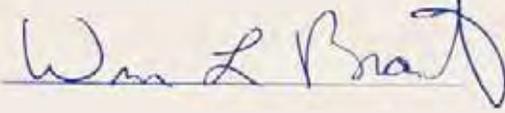
Dominica
Randolph Cato



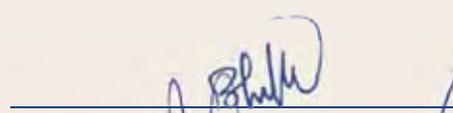
El Salvador
Mariano Ernesto Salaverria



Estados Unidos da América
William L. Brant



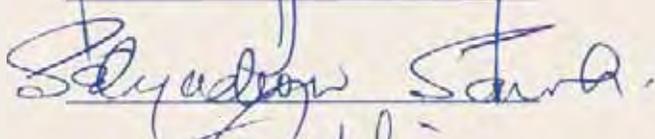
Grwnada
Roland Bhola



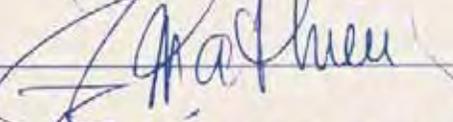
Guatemala
Bernardo López Figueroa



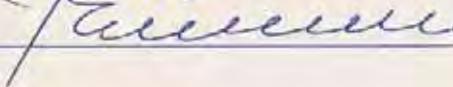
Guiana
Satyadeow Sawh



Haiti
Philippe Mathieu



Honduras
Roberto Villeda Toledo



Jamaica
Roger Clarke

México
Víctor Manuel Villalobos

Nicarágua
José Augusto Navarro

Panamá
Erick Fidel Santamaría

Paraguai
Gustavo N. Ruíz Díaz Roa

Peru
Manuel Manrique Ugarte

República Dominicana
Amilcar Romero Portuondo

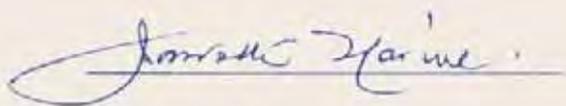
São Vicente e Granadinas
Girlyn Miguel

Santa Lúcia
Ignatius Jean

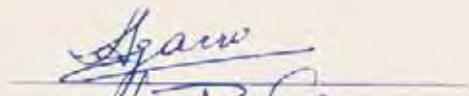
São Cristobal e Neveis
Cedric Roy Liburd

Suriname
Gerrit Arno Breinburg

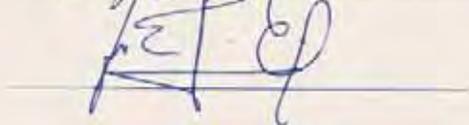
Trinidad e Tobago
Jarrette Narine



Uruguay
Ernesto Agazzi



Venezuela
Freddy Escalona

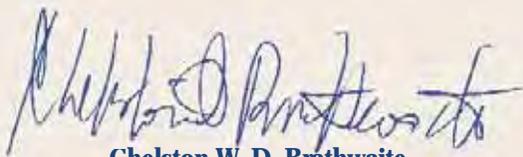


Pablo Rizzo Pastor
*Ministro da Agricultura e Pecuária
Presidente da Terceira Reunião Ministerial*

Testemunhas de Honra



Alfredo Palacio
Presidente de la República de Ecuador



Chelston W. D. Brathwaite
*Diretor- Geral
Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura*

RM3/AMH5-2005

31 agosto 2005

ACORDO MINISTERIAL HEMISFÉRICO
IMPLEMENTAÇÃO E SEGUIMENTO
DO PLANO AGRO 2003-2015
EM PREPARAÇÃO À QUARTA REUNIÃO MINISTERIAL

A Terceira Reunião Ministerial “Agricultura e Vida Rural nas Américas” no contexto do processo de Cúpulas das Américas,

Tendo visto:

O relatório da Secretaria sobre o processo ministerial “Agricultura e Vida Rural nas Américas”, denominado “*Construyendo hoy la agricultura y vida rural del 2015: oportunidad para una renovada institucionalidad, acción conjunta y cooperación*”;

O “Acordo Ministerial de Guaiquil para a Agricultura e a Vida Rural nas Américas”, adotado por esta Terceira Reunião Ministerial; e

A Declaração de Nuevo León da Cúpula Extraordinária das Américas (Monterrey, 2004), em particular o mandato 43 sobre Agricultura e Vida Rural e o mandato 72 acerca da coordenação e do apoio dos organismos internacionais parceiros do processo de Cúpulas das Américas na implementação e seguimento dos mandatos das Cúpulas; e;

Considerando:

Que a Reunião Ministerial “Agricultura e Vida Rural nas Américas” no contexto do processo de Cúpulas das Américas constitui um elemento substantivo na implementação dos mandatos e na apresentação de insumos para as decisões de nossos dignitários;

Que o Plano AGRO 2015 é um acordo ministerial hemisférico com característica de mandato do processo de Cúpulas das Américas e constitui a agenda compartilhada

e as bases de referência para o desenvolvimento das estratégias nacionais e regionais destinadas ao melhoramento da agricultura e da vida rural;

Que os Delegados Ministeriais vêm exercendo, em seus respectivos países, um papel de coordenação na implementação da Agenda Hemisférica e na preparação dos relatórios de andamento;

Que o foro hemisférico dos Delegados Ministeriais, o Grupo de Implementação e Coordenação dos Acordos sobre Agricultura e Vida Rural (GRICA), vem desempenhando relevante papel no processo de formação de consenso com vistas à preparação do referido Plano e sua atualização; e

Que o IICA, na condição de Secretaria da Reunião Ministerial, apóia o Grupo de Implementação e Coordenação dos Acordos sobre Agricultura e Vida Rural (GRICA) e as Reuniões Ministeriais “Agricultura e Vida Rural nas Américas”,

Acorda:

1. Incumbir os Delegados Ministeriais e a Secretaria da Reunião Ministerial de difundir o Plano AGRO 2015 atualizado com o “Acordo Ministerial de Guaiaquil para a Agricultura e a Vida Rural nas Américas”.
2. Encarregar os Delegados Ministeriais de, com o apoio da Secretaria da Reunião Ministerial, prepararem os relatórios nacionais sobre o cumprimento da Agenda Hemisférica 2006-2007 do Plano AGRO 2015, indicando os desafios deparados para implementar esse Plano.
3. Incumbir o foro hemisférico dos Delegados Ministeriais (GRICA) de atualizar a Agenda Hemisférica do biênio 2008-2009.
4. Encarregar a Secretaria da Reunião Ministerial de, com base nos relatórios dos Delegados Ministeriais, preparar um relatório sobre o cumprimento da Agenda Hemisférica e as ações que empreenda para assegurar a articulação do processo ministerial com o processo Cúpulas das Américas.

RM3/AMH6-2005

31 agosto 2005

ACORDO MINISTERIAL HEMISFÉRICO
SISTEMA DE INFORMAÇÃO PARA SEGUIMENTO
DO PLANO AGRO 2003-2015

A Terceira Reunião Ministerial “Agricultura e Vida Rural nas Américas” no contexto do processo de Cúpulas das Américas,

Tendo visto:

O “Acordo Ministerial de Guaiaquil para a Agricultura e a Vida Rural nas Américas”, adotado por esta Terceira Reunião Ministerial, particularmente no que concerne ao desenvolvimento de um sistema de informação em agricultura e vida rural para seguimento do Plano AGRO 2015;

O relatório da Secretaria sobre o processo ministerial “Agricultura e Vida Rural nas Américas”, denominado “*Construyendo hoy la agricultura y vida rural del 2015: oportunidad para una renovada institucionalidad, acción conjunta y cooperación*”; e

A apresentação da Secretaria sobre um sistema de informação para seguimento do Plano AGRO 2015, bem como os progressos obtidos mediante a ação conjunta da CEPAL, do IICA, da FAO, da OIT, da OPAS e da UNESCO; e

Considerando:

Que o Plano AGRO 2015 é implementado por meio das agendas hemisféricas bienais; e

Que é preciso acompanhar e avaliar os esforços envidados mediante um sistema de informação que inclua os aspectos de cumprimento dos acordos e seus efeitos no melhoramento da agricultura e da vida rural, bem como a opinião e as expectativas dos líderes,

Acorda:

1. Solicitar aos organismos internacionais que apoiaram o esforço inicial com vistas ao desenvolvimento de um sistema de informação para o seguimento do Plano AGRO 2015 e à Secretaria da Reunião Ministerial que continuem a envidar esse esforço coordenando ações destinadas a dar andamento ao sistema de informação para a Quarta Reunião Ministerial a realizar-se em 2007; instar, também, os organismos internacionais a somarem-se a essa iniciativa.
2. Solicitar à Secretaria-Geral da Reunião Ministerial que apresente essa experiência, juntamente com os organismos que participaram da iniciativa, à reunião do Grupo de Trabalho Conjunto de Cúpulas como contribuição à definição das metas e indicadores dos mandatos das Cúpulas das Américas.

RM3/AMH7-2005

31 agosto 2005

ACORDO MINISTERIAL HEMISFÉRICO
**PROPOSTA MINISTERIAL SOBRE AGRICULTURA E VIDA
RURAL À QUARTA CÚPULA DAS AMÉRICAS**

A Terceira Reunião Ministerial “Agricultura e Vida Rural nas Américas” no contexto do processo de Cúpulas das Américas,

Tendo visto:

A exposição do Senhor Luis Alberto Rodríguez, Diretor da Secretaria de Cúpulas das Américas da OEA; e

O consenso alcançado quanto à Proposta Ministerial sobre Agricultura e Vida Rural à Quarta Cúpula das Américas; e

Considerando:

Que o diálogo e a formação de consenso com vistas à Declaração de Mar del Plata e seu Plano de Ação continuarão na reunião do Grupo de Revisão da Implementação de Cúpulas (GRIC, 7 a 9 de setembro de 2005) e nas reuniões subsequentes; e

Que é fundamental consolidar a posição que o tema agricultura e vida rural ocupou nas Cúpulas anteriores como forma de contribuir para a implementação do Plano AGRO 2015,

Acorda:

1. Incumbir o Presidente da Terceira Reunião Ministerial e a Secretaria de encaminhar à Presidência do GRIC a seguinte Proposta Ministerial sobre Agricultura e Vida Rural:

Declaración de Mar del Plata:

Um quadro integral para o desenvolvimento rural e agrícola que promova o investimento, a geração de emprego e a prosperidade no campo, como contribuição aos objetivos definidos nos parágrafos 1, 2 e 3 desta Declaração.

Plano de Ação

Impulsionaremos políticas de Estado e estratégias integradas para a agricultura capazes de promover a abertura comercial agrícola, investimentos no setor rural com vistas a contribuir para o seu desenvolvimento sustentável, a geração de empregos e o melhoramento das condições de vida das comunidades rurais, bem como a produção agropecuária com sanidade e inocuidade dos alimentos.

PANAMÁ 2003: SEGUNDA REUNIÃO MINISTERIAL

- **Apresentação**
- **Plano de Ação AGRO 2003-2015
para a Agricultura
e a Vida Rural nas Américas**
- **Implementação e
Acompanhamento do Plano de
Ação AGRO 2003-2015**



JOs Chefes de Estado e de Governo das Américas apóiam a implementação do Plano de Ação AGRO 2003-2015

Comprometemo-nos a manter um esforço sustentado para melhorar as condições de vida das populações rurais, promovendo os investimentos e criando um ambiente favorável que facilite a melhoria sustentada da agricultura, a fim de que este contribua para o desenvolvimento social, a prosperidade rural e a segurança alimentar. Nesse contexto, apoiamos a implementação do Plano de Ação AGRO 2003- 2015 para a Agricultura e a Vida Rural das Américas, aprovado na Segunda Reunião Ministerial sobre Agricultura e Vida Rural, realizada na Cidade do Panamá em novembro de 2003.

**Cúpula Extraordinária das Américas
Parágrafo 43, Declaração de Nuevo León**

Segunda Reunião Ministerial - 2003



Na Segunda Reunião Ministerial sobre Agricultura e Vida Rural no contexto do Processo de Cúpulas das Américas, os Ministros da Agricultura adotaram o Plano de Ação AGRO 2003-2015 para a Agricultura e a Vida Rural das Américas (Panamá, 11-12 de novembro de 2003).

Democracia e desenvolvimento econômico e social são interdependentes e reforçam-se mutuamente, como condições fundamentais para combater a pobreza e a desigualdade. Não pouparemos esforços para libertar nossos cidadãos das condições degradantes da pobreza extrema.

- *Renovamos o compromisso de empreender ainda maiores esforços para alcançar as metas de desenvolvimento acordadas internacionalmente, em particular a redução em 50%, até o ano 2015, da proporção de pessoas que vivem em situação de pobreza extrema.*
- *Comprometemo-nos a promover programas que aprimorem a agricultura, a vida rural e o agro-comércio como uma contribuição essencial à redução da pobreza e ao fomento do desenvolvimento integral.*

**Terceira Cúpula das Américas, 2001
Parágrafos 19 e 20, Declaração da Cidade de Québec**

Apresentação

Com o intuito de promover a ampla difusão dos acordos ministeriais hemisféricos sobre agricultura e vida rural, temos a satisfação de pôr esta publicação ao alcance dos líderes e atores chave do setor agrícola e das diversas organizações que tratam do desenvolvimento desse setor .

Esperamos que os valiosos e prospectivos acordos ministeriais aqui apresentados, que visam à aplicação do Plano de Ação AGRO 2003-2015, somados ao apoio recebido nesse sentido dos Chefes de Estado e de Governo na Cúpula Extraordinária das Américas, contribuam significativamente para o fortalecimento do trabalho conjunto, para o incentivo aos investimentos e para a criação de um ambiente favorável ao desenvolvimento sustentável da agricultura e do meio rural, à segurança alimentar e à promoção da prosperidade rural nos países das Américas.

A execução da Agenda Hemisférica do primeiro biênio 2004- 2005 do referido Plano proporciona a oportunidade para que sejam cumpridos os mandatos presidenciais. Na Terceira Reunião Ministerial sobre Agricultura e Vida Rural, a realizar-se em 2005, tal como acordaram os Ministros da Agricultura, deverá ser adotada a Agenda Hemisférica do segundo bienio do Plano, 2006-2007, à luz dos relatórios que apresentem os governos nacionais sobre o progresso alcançado na implementação da primeira Agenda.

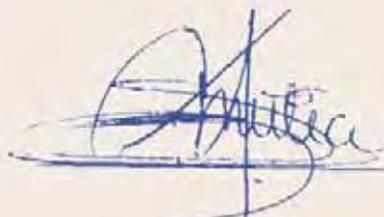
Além disso, e tendo em vista o anteriormente exposto, cabe informar aos Presidentes e Primeiros-Ministros como estão sendo atendidos os mandatos em matéria de agricultura e vida rural emanados das últimas Cúpulas (Cidade de Québec, 2001 e Monterrey, 2004) e elaborar as propostas a fim

de que na Quarta Cúpula das Américas (Argentina, 2005) sejam adotadas as decisões necessárias para que continuemos a avançar no melhoramento da agricultura e da vida rural nas Américas.



Lynette M. Stanziola A.

*Ministra do Desenvolvimento Agropecuário do Panamá
Presidente da Segunda Reunião Ministerial*



Salvador Urrutia Loucel

*Ministro da Agricultura e Pecuária de El Salvador
Vice-Presidente da Segunda Reunião Ministerial*



Chelston W. D. Braithwaite

*Director-Geral
Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura
Secretaria da Reunião Ministerial*

O Plano de Ação AGRO 2003-2015 para a Agricultura e a Vida Rural das Américas inclui acordos alcançados por consenso sobre estes quatro componentes complementares:

- a **Visão Compartilhada da Agricultura e da Vida Rural** em 2015 é uma caracterização do futuro desejado em termos do contexto nacional e internacional, dos territórios rurais e das cadeias agroprodutivocomerciais;
- os **Objetivos Estratégicos** têm por propósito focalizar os esforços dos líderes da Comunidade da Agricultura e da Vida Rural das Américas;
- a **Agenda Hemisférica 2003-2005** é a primeira de seis agendas bienais que contém uma série de ações estratégicas a serem impulsionados pelos governos juntamente com os atores do setor agrícola e outros responsáveis pelo desenvolvimento da agricultura e o melhoramento da vida rural;
- a **Implementação e o Acompanhamento** compreendem acordos sobre a elaboração de relatórios nacionais de andamento, a atualização da Agenda Hemisférica do período subsequente e a definição de medidas para mostrar o avanço do Plano. Ademais, os Ministros instam os parceiros institucionais do Processo de Cúpulas das Américas a continuarem a envidar esforços em apoio à implementação de seus acordos e conclamam as instituições internacionais de financiamento e os governos cooperantes a coordenarem suas estratégias em função da Agenda Hemisférica.

O Plano está estreitamente vinculado aos grandes propósitos e objetivos da Declaração Ministerial de Bávaro. Portanto, fundamentase numa **concepção sistêmica de agricultura e vida rural** que abarca os territórios rurais, as cadeias agroprodutivo-comerciais e o contexto nacional e internacional. Isso tudo somado a um **enfoque de desenvolvimento sustentável** que leva em conta as diferenças entre países e regiões do Hemisfério nas dimensões produtivo-comercial, ecológico-ambiental, sociocultural e de desenvolvimento humano e político-institucional.

PLANO DE AÇÃO AGRO 2003-2015 PARA A AGRICULTURA E A VIDA RURAL DAS AMÉRICAS

Nós, Ministros e Secretários da Agricultura das Américas, reunidos na Cidade do Panamá, República do Panamá (11 e 12 de novembro de 2003), na qualidade de Segunda Reunião Ministerial sobre Agricultura e Vida Rural no contexto do Processo de Cúpulas das Américas, no cumprimento dos mandatos sobre agricultura e vida rural formulados pelos Chefes de Estado e de Governo em sua Terceira Cúpula das Américas, e em cumprimento da Declaração Ministerial de Bávaro por nós aprovada em nossa Primeira Reunião Ministerial, realizada na República Dominicana em 2001, adotamos o seguinte Plano de Ação AGRO 2003-2015 para a Agricultura e a Vida Rural das Américas, que inclui a Agenda Hemisférica 2003-2005.

A elaboração do Plano foi por nós fundamentada numa concepção sistêmica da agricultura e da vida rural que compreende os territórios rurais, as cadeias agroprodutivo-comerciais e o contexto nacional e internacional, e no enfoque do desenvolvimento sustentável que leva em conta as diferenças entre países e regiões do Hemisfério nas dimensões produtivo-comercial, ecológico-ambiental, sociocultural e de desenvolvimento humano e político-institucional.

1. A Visão Compartilhada 2015

Projetando-nos no ano de 2015, observamos a agricultura e a vida rural caracterizadas da seguinte maneira:

Contexto nacional e internacional

1. As políticas macroeconômicas facilitam a efetiva gestão de um processo de desenvolvimento da agricultura que promove o melhoramento da vida rural e permite o maior acesso a serviços eficientes, tecnologias novas e

apropriadas, melhor infra-estrutura, sistemas de informação de fácil manuseio e mercados transparentes.

2. O comércio agropecuário se dá sob um contexto internacional menos distorcido pelos subsídios e pelas barreiras ao acesso ao mercado.
3. A agricultura é reconhecida como um componente chave dos sistemas de saúde e segurança alimentar e de importância estratégica para o desenvolvimento.

Territórios rurais

4. A economia rural compreende dinâmicas tanto agrícolas como nãoagrícolas que se baseiam numa ação coordenada de atores públicos e privados. Conta com organizações, instituições e empresas com capacidade de inovação. Dispõe de eficientes serviços de apoio e melhor acesso à tecnologia para a produção e o comércio. Gera bens e serviços com níveis de produção e produtividade consoantes com as exigências dos mercados nacionais e mundiais.
5. Na agricultura são utilizadas práticas e tecnologias ecológicamente corretas que contribuem para o manejo sustentável dos recursos naturais.
6. A pobreza rural foi reduzida significativamente em consonância com as Metas de Desenvolvimento do Milênio. A qualidade de vida dos habitantes das comunidades rurais melhorou, bem como os níveis e oportunidades de emprego.
7. Os diferentes segmentos sociais e produtivos do setor rural dispõem de espaços democráticos para a reflexão e o diálogo e de mecanismos para sua plena participação na definição e execução de ações voltadas para a melhoria das condições da vida rural.

Cadeias Agroprodutivo-Comerciais

8. A agricultura constitui-se de cadeias agroprodutivo-comerciais cujos elos agregam valor. Conta com mecanismos de negociação entre os diferentes atores que lhes permitem dialogar sobre vários aspectos da distribuição dos benefícios globais.
9. A agricultura proporciona produtos inócuos, saudáveis e de alta qualidade e conta com serviços de apoio eficientes e competitivos.

10. As cadeias agroprodutivo-comerciais utilizam sistemas e tecnologias que atenuam os efeitos de desastres naturais e emergências sanitárias e fitossanitárias.
11. As cadeias agroprodutivo-comerciais contam com sistemas de informação que dinamizam o conhecimento e os processos de aprendizagem, facilitando o manejo dos riscos da agricultura e contribuindo para a operação de sistemas eficientes de segurança alimentar.

2. Os Objetivos Estratégicos

Para alcançar a Visão Compartilhada 2015 e concentrar os esforços dos líderes da Comunidade da Agricultura e da Vida Rural das Américas reiteramos nosso compromisso, assumido na Declaração Ministerial de Bávaro, com os objetivos estratégicos da **Prosperidade Rural, da Segurança Alimentar, da Posição Internacional e Integração Regional da Agricultura, da Sanidade Agropecuária e Inocuidade dos Alimentos e do Desenvolvimento Sustentável da Agricultura e do Meio Rural.**

3. A Agenda Hemisférica: Capítulo 2003-2005

Para avançar rumo à Prosperidade Rural, à Segurança Alimentar e ao Desenvolvimento Sustentável da Agricultura e do Meio Rural, comprometemo-nos, conforme o estabelecido pelos Chefes de Estado e de Governo na Terceira Cúpula das Américas (Plano de Ação - Seção 10 - Mandato 1), a promover, juntamente com os atores do agro e outros vinculados com o desenvolvimento da agricultura e da vida rural, as seguintes ações estratégicas:

Contexto nacional e internacional

Dimensão produtivo-comercial

1. Apoiar uma reforma real e significativa na agricultura mediante o fortalecimento das normas multilaterais que regulam o comércio

agropecuário, conforme foi acordado em Doha, incluindo melhorias significativas no acesso aos mercados; redução com vistas à eliminação de todas as formas de subsídios de exportação e reduções substanciais das ajudas internas que distorcem o comércio. Apoiar o estabelecimento de áreas de livre comércio no Hemisfério e em outros foros regionais ou subregionais. Apoiar o desenvolvimento de capacidades e a cooperação técnica para a consecução desses objetivos e participar nesse processo.

2. Atribuir alta prioridade às políticas regionais de saúde animal, sanidade vegetal e inocuidade dos alimentos, fortalecendo os sistemas nacionais e regionais e reafirmando seu compromisso com as organizações competentes, reconhecidas pelo Acordo sobre a Aplicação de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias da OMC e com as organizações internacionais pertinentes (Codex Alimentarius, Organização Internacional de Epizootias-OIE, Convenção Internacional sobre Proteção Fitossanitária-CIPF) e com as organizações regionais.
3. Promover condições econômicas e sociais propícias ao desenvolvimento de agronegócios, geração de emprego, integração das cadeias agroprodutivo-comerciais e sua participação no contexto mundial.
4. Estimular a micro, pequena e média empresa rural, cooperativas e grupos comunitários dedicados à produção agropecuária, agroindústria e serviços rurais.
5. Incentivar o cooperativismo como forma de melhorar a organização da produção e comercialização, bem como a renda rural.
6. Apoiar programas que incentivem o investimento privado interno e externo no meio rural, fomentando a adoção de medidas legais que dêem segurança ao investidor.
7. Incentivar o estabelecimento de prioridades e a revitalização das capacidades de pesquisa mediante a coordenação entre agricultores, centros de pesquisa e serviços agrícolas e facilitar o acesso a tecnologias inovadoras que sejam adaptáveis e práticas, vinculadas diretamente com os sistemas de produção, processamento e comercialização.
8. Facilitar o acesso a novas tecnologias para aumentar a produtividade e estabelecer um mecanismo hemisférico com vistas a alcançar a melhor

compreensão da ciência e das egurança dos produtos biotecnológicos, inclusive a criação de bases de dados. Considerar o desenvolvimento da biotecnología e sua aplicação na agricultura sob uma visão estratégica sustentável.

9. Apoiar as ações conducentes ao cumprimento das normas internacionais de sanidade agropecuária.

Dimensão ecológico-ambiental

10. Promover a agricultura orgânica, bem como normas sobre a produção, vigilância, controle e certificação da qualidade e do comércio de produtos orgânicos.
11. Colaborar com as autoridades nacionais pertinentes na atualização das normas ambientais para a agricultura e no fortalecimento da coordenação público-privada para a gestão ambiental.
12. Incentivar a participação ativa de líderes da agricultura e da comunidade rural nas discussões nacionais referentes às negociações internacionais sobre meio ambiente e desenvolvimento sustentável.
13. Promover a formação de uma rede hemisférica especializada em alerta precoce e monitoração agrometeorológica para a atenuação de desastres naturais mediante esforços conjuntos de instituições públicas e privadas no Hemisfério.

Dimensão sociocultural e humana

14. Incentivar programas de desenvolvimento rural com equidade de gênero, levando em conta o aspecto multicultural, quando pertinente, atribuindo atenção especial a diferentes grupos etários para melhorar as condições de vida da população rural.
15. Promover a capacitação agropecuária e rural e recomendar às autoridades competentes a avaliação e o credenciamento das disciplinas de educação agrícola.

Dimensão político-institucional

16. Fortalecer os mecanismos de cooperação entre os países nas áreas de cooperação técnica, conhecimento, informação e experiências que contribuam para a modernização da agricultura e da vida rural.
17. Promover oportunidades adicionais para a cooperação com atores interessados nos setores agrícolas e não-agrícolas e com a sociedade civil, assegurando que as instituições agrícolas tenham suficiente capacidade para alcançar esses objetivos.
18. Fortalecer a interação regional e hemisférica entre ministérios e secretarias de agricultura, entre organismos internacionais e entre ambos.

Territórios rurais

Dimensão produtivo-comercial

19. Promover condições que estimulem, no meio rural, o desenvolvimento da infra-estrutura necessária, empresas competitivas e o incremento dos investimentos que melhorem a vida no campo.
20. Promover sistemas inovadores de serviços financeiros e não-financeiros e de gestão de riscos para o meio rural.
21. Promover a segurança alimentar mediante o aumento da produtividade, maior acesso ao mercado por meio da melhor distribuição e da produção de alimentos inócuos e nutritivos, bem como da produção e do consumo de produtos que ofereçam maiores vantagens comparativas, considerando os aspectos sociais e econômicos.
22. Melhorar a conectividade rural e o acesso à informação mediante o estabelecimento de sistemas de redes de informação entre as comunidades.

23. Promover maior articulação entre os produtores, centros de pesquisa e serviços agropecuários públicos e privados, tendo em vista a definição de prioridades e a implementação de atividades nas áreas da pesquisa e da transferência de tecnologia.

Dimensão ecológico-ambiental

24. Aumentar a compreensão do impacto ambiental dos sistemas agropecuários convencionais e das tecnologias de produção apropriadas aos sistemas agroecológicos.
25. Promover o acesso a práticas agropecuárias, florestais e pesqueiras sustentáveis sob a ótica do meio ambiente, bem como a sua adoção, incluindo alternativas agroecológicas e orgânicas.
26. Apoiar o melhor entendimento e facilitar o diálogo e o trabalho em prol do consenso hemisférico no que diz respeito aos vínculos entre biodiversidade e agricultura no contexto dos acordos nacionais e internacionais.
27. Fortalecer as capacidades nacionais e locais para a atenuação de desastres naturais.
28. Promover a agricultura sustentável sob uma visão agroecológica ampliada e inovadora baseada no ordenamento dos territórios rurais, na diversificação e no uso não-alimentar da produção agrícola.
29. Incentivar o diálogo e colaborar com outros setores ligados à vida rural com vistas ao desenvolvimento de atividades que vinculem a agricultura com outras atividades não-agrícolas, tais como agroturismo, ecoturismo e serviços ambientais.

Dimensão sociocultural e humana

30. Apoiar a interação e coordenação público-privada no sentido do fortalecimento das capacidades nacionais para a ação estratégica, o diálogo e a negociação.

31. Melhorar o sistema educacional agrícola e promover o aprimoramento da educação da população rural.
32. Promover medidas apropriadas de proteção social para famílias rurais economicamente vulneráveis.
33. Promover a participação da população rural, considerando sua diversidade cultural na formulação e aplicação de estratégias de desenvolvimento rural.
34. Propiciar políticas que apóiem o acesso a recursos tais como terra, crédito, informação de mercado e serviços diversos.

Dimensão político-institucional

35. Apoiar a participação das comunidades rurais nas decisões que afetam sua vida e o ambiente em que vivem, em especial no sentido de desenvolver suas capacidades, habilidades de liderança e sua participação em programas governamentais.

Cadeias Agroprodutivo-Comerciais

Dimensão produtivo-comercial

36. Promover o fortalecimento da articulação das cadeias agroprodutivo-comerciais e a ampliação da infra-estrutura para o desenvolvimento.
37. Promover programas de pesquisa, desenvolvimento e comercialização de produtos que utilizam matéria-prima nacional que lhes agreguem valor.

Dimensão sociocultural e humana

38. Promover a gestão ambiental nos elos das cadeias agroprodutivocomerciais.

Dimensión Socio-Cultural y Humana

39. Promover o desenvolvimento de capacidades empresariais entre os diferentes grupos sociais e culturais da comunidade rural.

Dimensão político- institucional

40. Apoiar sistemas institucionais para facilitar o diálogo e a negociação entre todos os atores das cadeias agroprodutivocomerciais

4. Implementação e Acompanhamento

O Plano de Ação AGRO 2003-2015 reflete a intenção dos países membros de trabalhar para o alcance da visão compartilhada, no entendimento de que os governos nacionais são os principais responsáveis pela implementação da agenda compartilhada e no reconhecimento de que são eles os responsáveis por executar o Plano de Ação à luz de seus compromissos e acordos internacionais.

1. A Agenda Hemisférica 2003-2005 é a primeira de seis agendas bienais por meio das quais será implementado o Plano de Ação AGRO 2003-2015. Os governos dos países encaminharão relatórios sobre seu progresso na implementação de cada agenda bienal à Reunião Ministerial sobre Agricultura e Vida Rural que se realiza no final de cada período e usarão esses relatórios para atualizar a agenda do período subsequente.
2. Reconhecemos os esforços que vêm envidando o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), a Comissão Econômica das Nações Unidas para a América Latina e o Caribe (CEPAL), a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), o Instituto Internacional de Pesquisa em Políticas Alimentares (IFPRI) e o Centro Agronômico Tropical de Pesquisa e Ensino (CATIE) em apoio a esse processo. Instamos essas instituições a prosseguirem tais esforços e reiteramos nosso apelo, constante no parágrafo 20 da Declaração Ministerial de Bávaro, às demais instituições associadas ao Processo de Cúpulas das Américas, às instituições internacionais de financiamento – Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Banco Centro-Americano de Integração

Econômica (BCIE), Banco de Desenvolvimento do Caribe (CDB), Corporação Andina de Fomento (CAF) e Banco Mundial – e aos governos cooperantes no sentido de que venham somar-se a esse esforço para que coordenem suas estratégias em função da implementação da agenda compartilhada do Plano de Ação AGRO 2003-2015.

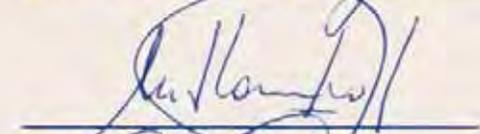
3. Ademais, incumbimos nossas delegadas e delegados de definir indicadores apropriados para o acompanhamento deste Plano de Ação.

*Assinado na Cidade do Panamá, República do Panamá,
aos doze dias do mês de novembro do ano dois mil e três.*

Antigua e Barbuda
Winston D. Burleigh



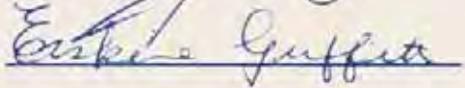
Argentina
Miguel Santiago Campos



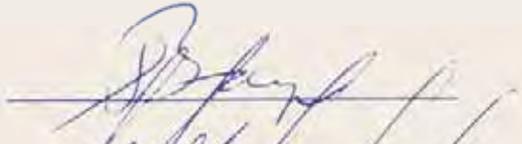
Bahamas
V. Alfred Gray



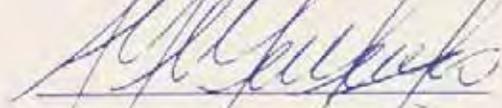
Barbados
Erskine Griffith



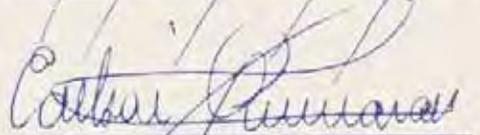
Belize
Servulo Baeza



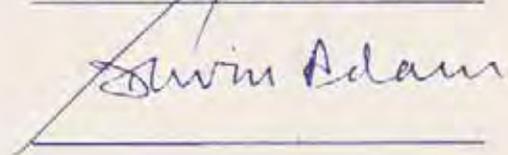
Bolívia
Diego Montenegro Emst



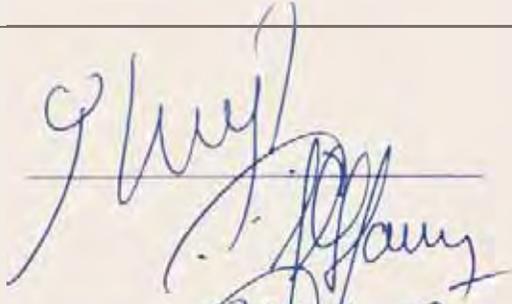
Brasil
Edilson Guimarães



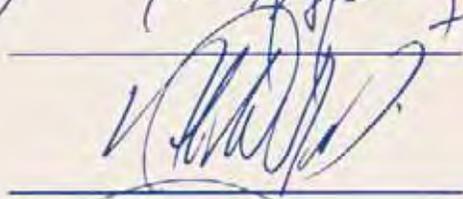
Canadá
David Adam



Chile
Jaime Campos Quiroga

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Jaime Campos Quiroga', written on a set of three horizontal lines.

Colômbia
Carlos Gustavo Cano

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Carlos Gustavo Cano', written on a set of three horizontal lines.

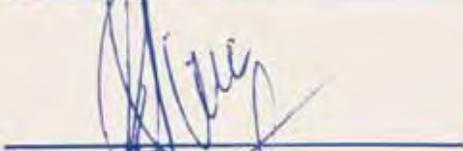
Costa Rica
Rodolfo Coto Pacheco

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Rodolfo Coto Pacheco', written on a set of three horizontal lines.

Dominica
Vince Henderson

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Vince Henderson', written on a set of three horizontal lines.

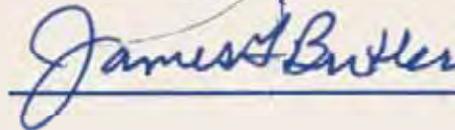
Equador
Sergio Seminario

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Sergio Seminario', written on a set of three horizontal lines.

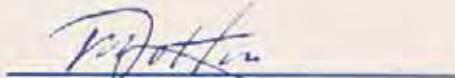
El Salvador
Salvador E. Urrutia Loucel

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Salvador E. Urrutia Loucel', written on a set of three horizontal lines.

Estados Unidos da América
James G. Butler

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'James G. Butler', written on a set of three horizontal lines.

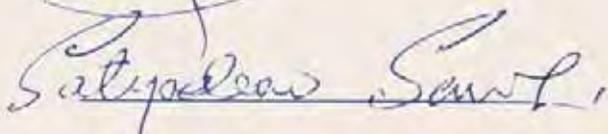
Grenada
Malachy Dottin

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Malachy Dottin', written on a set of three horizontal lines.

Guatemala
Carlos Sett Oliva

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Carlos Sett Oliva', written on a set of three horizontal lines.

Guiana
Satyadeow Sawh

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Satyadeow Sawh', written on a set of three horizontal lines.

Haiti
Sébastien Hilaire

Honduras
German Pérez D'estephen

Jamaica
Roger Clarke

México
Víctor Manuel Villalobos
Arámbula

Nicarágua
José Augusto Navarro Flores

Paraguay
Antonio Ibáñez Aquino

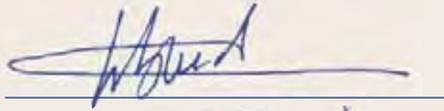
Perú
Francisco González García

República Dominicana
Eligio Jáquez

São Vicente e Granadinas
Philmore Isaacs

Santa Lúcia
Calixte George

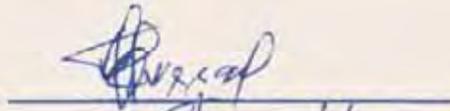
São Cristobal e Neveis
Cedric Roy Liburd

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Liburd', written over a horizontal line.

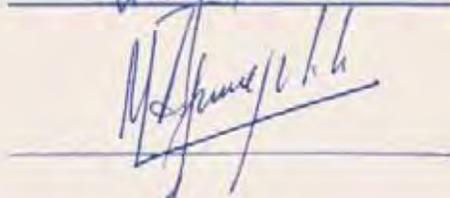
Suriname
Gerrit Arno Breinburg

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Breinburg', written over a horizontal line.

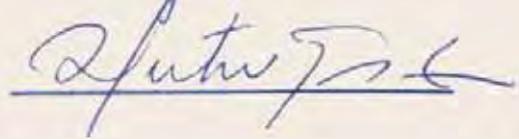
Trinidad e Tobago
Trevor W. Murray

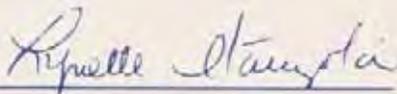
A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Murray', written over a horizontal line.

Uruguai
Martín Aguirrezabala

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Aguirrezabala', written over a horizontal line.

Venezuela
Héctor Garzón

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Garzón', written over a horizontal line.



Lynette M. Stanziola

*Ministra do Desenvolvimento Agropecuário da República do Panamá
Presidenta da Segunda Reunião Ministerial*

Testemunhas de Honra



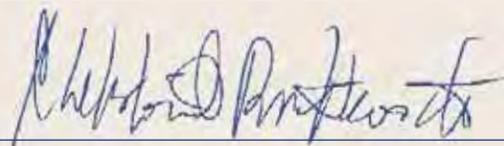
Mireya Moscoso

Presidenta de la República de Panamá



Harmodio Arias

Ministro das Relações Exteriores



Chelston W. D. Brathwaite

Director-Geral

Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura

IICA/JIA/
Res.378(XII-O/03)
13 novembro 2003
Original: espanhol

ACORDO MINISTERIAL HEMISFÉRICO IMPLEMENTAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO PLANO DE AÇÃO AGRO 2003-2015

A Junta Interamericana de Agricultura, na Décima Segunda Reunião Ordinária,

Considerando:

Que, mediante o Processo de Cúpulas das Américas e dos acordos ministeriais que implementam as decisões dos Chefes de Estado e de Governo, vem sendo construída uma nova arquitetura institucional para alcançar: (i) o crescimento econômico com equidade, (ii) o desenvolvimento social e (iii) a governabilidade democrática;

Que a Segunda Reunião Ministerial sobre Agricultura e Vida Rural, no contexto do Processo de Cúpulas das Américas, possibilitou o alcance de consenso a respeito de temas estratégicos para a agricultura e a vida rural;

Que, nesse contexto, o Plano de Ação AGRO 2003-2015 para a Agricultura e a Vida Rural das Américas (Plano de Ação AGRO 2003-2015), que emana como principal resultado da Segunda Reunião Ministerial, constitui a agenda compartilhada que deverá ser seguida por nossos países no desenvolvimento de planos de ação nacionais e regionais;

Que o Foro Hemisférico de Delegados Ministeriais, Grupo de Implementação e Coordenação dos Acordos sobre Agricultura e Vida Rural (GRICA), vem desempenhando papel protagônico no processo de análise, discussão e formação de consenso entre os países do Hemisfério na preparação do referido Plano de Ação;

Que o IICA, na condição de parceiro institucional do Processo de Cúpulas

das Américas, vem apoiando os países na implementação dos mandatos dos Chefes de Estado e de Governo e servindo de vínculo com os mecanismos de acompanhamento do Processo de Cúpulas das Américas e que, além disso, no exercício da Secretaria da Reunião Ministerial, empresta apoio ao GRICA e às Reuniões Ministeriais sobre Agricultura e Vida Rural;

Que, ao ensejo da Reunião de Governadores do Banco Interamericano de Desenvolvimento, realizada em 2000 em Nova Orleans, Estados Unidos, com a participação dos Ministros da Agricultura do Hemisfério, foi constituído o Grupo Interinstitucional de Desenvolvimento Rural como uma rede de trabalho hemisférica cujo propósito é complementar a ação dos organismos que o integram, principalmente no sentido de implementar projetos conjuntos de capacitação, cooperação técnica e investimento em nível nacional e regional, bem como gerar e difundir informação relevante para o desenvolvimento das economias rurais dos países da América Latina e do Caribe; e

Que os Ministros da Agricultura participam em quatro foros sobre agricultura e desenvolvimento rural, quais sejam, a Reunião Ministerial sobre Agricultura e Vida Rural no contexto do Processo de Cúpulas das Américas, a Junta Interamericana de Agricultura, a Reunião Regional da FAO para a América Latina e o Caribe e a Reunião Ibero-Americana de Ministros da Agricultura,

Resolve:

1. Incumbir o IICA de continuar a apoiar os Ministros da Agricultura no processo de implementação do Plano de Ação AGRO 2003-2015.
2. Incumbir os Delegados Ministeriais e seu foro hemisférico (GRICA) de, com o apoio da Secretaria da Reunião Ministerial, apresentar à Terceira Reunião Ministerial sobre Agricultura e Vida Rural um relatório de progresso sobre a Agenda Hemisférica 2003-2005 do Plano de Ação AGRO 2003-2015 e a proposta de sua atualização.
3. Solicitar ao Grupo Interinstitucional de Desenvolvimento Rural, constituído pelo Banco Mundial, BID, CEPAL, FAO, FIDA, GTZ, IICA e USAID, que formule uma proposta de agenda interinstitucional com vistas a alinhar paulatinamente a cooperação internacional em

apoio às ações estabelecidas na Agenda Hemisférica do Plano de Ação AGRO 2003-2015.

4. Adotar o Plano de Ação AGRO 2003-2015 como a Agenda Compartilhada a ser utilizada como instrumento para a ação conjunta e solidária dos países do Hemisfério nos quatro foros ministeriais onde é tratado o apoio à transformação da agricultura e ao melhoramento da vida rural.

BÁVARO 2001: PRIMEIRA REUNIÃO MINISTERIAL

- **Declaração de Bávaro para o
Melhoramento da Agricultura
e da Vida Rural nas Américas**

Nossos Governos:

Reconhecendo a importância fundamental da agricultura como meio de vida para milhões de famílias das zonas rurais do Hemisfério, bem como seu papel como um setor estratégico na geração de prosperidade em nosso sistema socioeconômico, e levando em consideração a importância de desenvolver seu potencial de uma maneira compatível com o desenvolvimento sustentável, de modo a garantir um tratamento e atenção adequados ao setor rural:

- *promoverão o diálogo que inclua ministros, parlamentares e a sociedade civil, em particular organizações ligadas a áreas rurais, assim como as comunidades acadêmicas e científicas, visando à promoção de estratégias nacionais de médio e longo prazo para o aperfeiçoamento sustentável da agricultura e da vida rural;*
- *instruirão os Ministros da Agricultura, e em colaboração com o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), no sentido de promover a ação conjunta de todos os atores do setor agrícola no aperfeiçoamento da vida agrícola e rural que possibilite a implementação dos Planos de Ação das Cúpulas das Américas.*

**Terceira Cúpula das Américas, 2001
Item 10, Plano de Ação**

Primeira Reunião Ministerial - 2001



Na Primeira Reunião Ministerial sobre Agricultura e Vida Rural no contexto do Processo de Cúpulas das Américas, os Ministros da Agricultura adotaram a **Declaração Ministerial de Bávaro para o Melhoramento da Agricultura e da Vida Rural nas Américas** (República Dominicana, 26-27 de novembro de 2001).

Na Declaração de Bávaro, os Ministros da Agricultura assumiram um compromisso com o mandato da Terceira Cúpula das Américas, no sentido de promover a ação conjunta de todos os atores do setor agrícola para o melhoramento da agricultura e da vida rural. Além disso, identificaram as questões críticas que cumpre considerar com urgência e expressaram a convicção e vontade de impulsionar uma agenda compartilhada por seus países com tal propósito. Entre os temas considerados essenciais pelos Ministros da Agricultura, destaca-se a necessidade de avançar significativamente quanto ao seguinte:

- **o desenvolvimento sustentável da agricultura e do meio rural;**
- **a segurança alimentar;**
- **e a redução da pobreza rural,**

mediante dez tipos de ações estratégicas, a saber:

- i. intensificação da liberalização do comércio agrícola;
- ii) fortalecimento do diálogo e da concertação de estratégias;
- iii) estabelecimento de um quadro institucional favorável ao desenvolvimento sustentável da agricultura e do meio rural;
- iv) apoio às organizações e comunidades rurais para o aprimoramento de suas capacidades;
- v) eliminação das distorções antiagrícolas nas políticas e o reconhecimento, nessas políticas, da contribuição ampliada da agricultura para o bem-estar da sociedade;
- vi) estímulo à agricultura tecnologicamente acessível;
- vii) prevenção e mitigação dos desastres naturais e das emergências sanitárias e fitossanitárias;
- viii) aumento do investimento na formação do capital humano;
- ix) redução das brechas de conhecimento, informação e tecnologia; e
- x) modernização da agricultura e fortalecimento dos serviços de apoio à produção e ao comércio agroalimentares.

Também instaram as instituições internacionais de cooperação e financiamento para o desenvolvimento e os governos cooperantes a coordenarem suas estratégias de apoio e harmonizarem seus esforços de apoio técnico e financeiro com vistas à implementação da Declaração Ministerial de Bávaro.

DECLARAÇÃO MINISTERIAL DE BÁVARO PARA O MELHORAMENTO DA AGRICULTURA E DA VIDA RURAL NAS AMÉRICAS

1. Nós, Ministros da Agricultura das Américas, reunidos em Bávaro, República Dominicana, como Junta Interamericana de Agricultura (JIA), reiteramos o nosso firme compromisso com o mandato emanado da Terceira Cúpula das Américas no sentido de promover uma ação conjunta de todos os atores do setor agropecuário, destinada ao melhoramento da agricultura e da vida rural.

Conscientes de:

2. Que foi renovado o compromisso com a integração hemisférica, o bem-estar econômico, a segurança de nossos povos, o fortalecimento da democracia, a geração de prosperidade, a proteção do ambiente e o desenvolvimento do potencial humano, e de que a agricultura é reconhecida como o meio de vida de milhões de famílias rurais do Hemisfério, por sua contribuição para a segurança alimentar e por sua importância estratégica no sistema socioeconômico.
3. Que, em decorrência das consultas realizadas a outros líderes das Comunidades da Agricultura e da Vida Rural de nossos países, obtivemos consensos em nível nacional e o espírito de colaboração e apoio quanto à necessidade de serem implementadas estratégias de médio e longo prazo com vistas ao melhoramento sustentável da agricultura e da vida rural.

Consideramos essencial:

4. Avançar na consecução dos objetivos de liberalização do comércio agrícola e de eliminação dos subsídios e práticas comerciais desleais nas negociações multilaterais da Organização Mundial do Comércio (OMC) e nas de outros foros hemisféricos e sub-regionais, apoiando a formação de áreas de livre comércio e de acordos de integração nas Américas.
5. Atribuir alta prioridade às políticas nacionais de segurança alimentar, inocuidade e qualidade dos alimentos.

6. Criar e fortalecer espaços institucionais de diálogo entre os diferentes níveis de governo, as organizações empresariais e de produtores e a sociedade civil, a fim de acordar estratégias e compromissos na gestão da agricultura e do desenvolvimento rural, num contexto de transparência e responsabilidade.
7. Renovar as estruturas institucionais, nacionais e internacionais a fim de que contribuam para o desenvolvimento sustentável da agricultura e do meio rural, tendo por base objetivos de maior competitividade, equidade, manejo sustentável dos recursos naturais e governança democrática.
8. Fortalecer ou desenvolver mecanismos institucionais destinados a apoiar as organizações da sociedade civil e as comunidades rurais no aprimoramento de suas capacidades e condições de vida, uma vez que constituem um dos alicerces dos princípios democráticos e da harmonia social.
9. Formular e implementar políticas macroeconômicas que eliminem distorções prejudiciais para a agricultura, incentivem a ampla contribuição da agricultura e reconheçam a necessidade de melhorar a qualidade da vida rural.
10. Impulsionar processos de transformação e modernização da agricultura que aumentem a produção, a produtividade e a rentabilidade e melhorem a competitividade nos mercados mundiais, enfatizando, de modo especial, a criação e revitalização das pequenas e médias unidades de produção e a integração das cadeias agroalimentares.
11. Fazer com que a agricultura gere crescimento econômico com equidade e proporcione alternativas para a substituição dos cultivos ilícitos, evite a degradação dos recursos naturais e crie oportunidades de emprego para os grupos vulneráveis em consonância com as respectivas legislações nacionais.
12. Reduzir as brechas de conhecimento, informação e tecnologia dentro dos países do Hemisfério e entre eles, a fim de alcançar maior competitividade e desenvolvimento econômico mais equitativo.
13. Adotar estratégias, políticas e programas para reduzir a crescente incidência da pobreza rural que, além de afetar os que dela padecem, contribui para

a degradação dos recursos naturais, instiga a violência, induz à produção e comercialização de cultivos ilícitos, gera insegurança na posse da terra e enfraquece a governança democrática.

14. Reduzir os efeitos negativos dos fenômenos naturais e de fatores externos mediante políticas para a prevenção e mitigação de desastres naturais e emergências sanitárias e fitossanitárias, promovendo programas de apoio solidário e considerações especiais para o investimento, comércio, assistência técnica e outras formas de apoio, principalmente às economias de menor escala.
15. Implementar estratégias e programas diferenciados que aumentem as possibilidades de desenvolvimento da agricultura mediante maiores investimentos na formação do capital humano com destaque para os grupos vulneráveis.
16. Intensificar os esforços voltados para a utilização de práticas agropecuárias ecologicamente corretas e retribuí-las economicamente mediante mecanismos que não distorçam o comércio.
17. Fortalecer e ampliar os serviços de apoio à produção e ao comércio agroalimentares, com ênfase especial no financiamento rural, na sanidade agropecuária e na inovação e transferência de tecnologia, mediante a adoção e implementação de políticas, estratégias e programas de ação que contribuam para assegurar os investimentos destinados à produção agropecuária e agroindustrial.

Portanto, em consonância com o mandato recebido dos Chefes de Estado e de Governo em seus esforços por combater a pobreza, gerar maior prosperidade, aumentar as oportunidades econômicas, promover a justiça social e desenvolver o potencial humano,

Declaramos nossa intenção de:

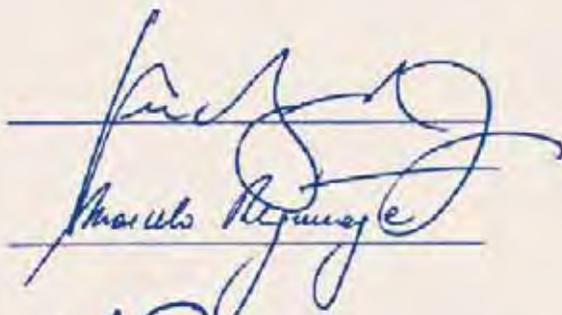
18. Conduzir e facilitar o processo de implementação desta Declaração e obter consenso quanto às diretrizes estratégicas de uma agenda compartilhada a serem aplicadas por nossos países no desenvolvimento de futuros planos de ação nacionais e regionais.

19. Adotar políticas, estratégias e programas de ação que propiciem o desenvolvimento harmônico e eqüitativo, bem como o melhoramento da qualidade de vida nas zonas rurais, desestimulando a migração rural-urbana.
20. Instar as instituições vinculadas ao Processo de Cúpulas das Américas, as instituições internacionais de financiamento e os governos cooperantes a coordenarem suas estratégias de apoio às ações destinadas ao melhoramento da agricultura e da vida rural.

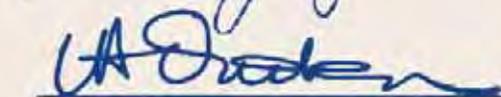
Ademais, formulamos apelo aos organismos internacionais de cooperação que constituíram o Grupo Interinstitucional de Desenvolvimento Rural na América Latina e no Caribe no sentido de que harmonizem seus esforços de cooperação técnica e financeira em apoio a esta Declaração e aos futuros planos de ação nacionais e regionais que com ela guardem relação.

*Expedida em Bávaro, Província de Altagracia, República Dominicana,
em vinte e sete de novembro de dois mil e um.*

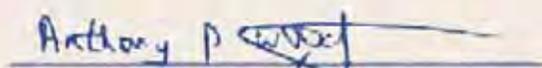
Antigua e Barbuda
Vere C. Bird Jr.

A handwritten signature in blue ink on a set of three horizontal lines. The signature is highly stylized and cursive, starting with a large 'V' and ending with a large 'J'.

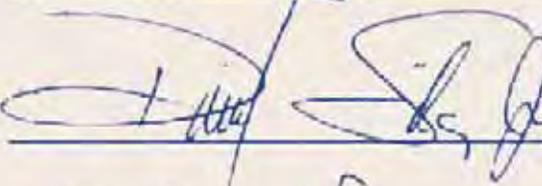
Argentina
Marcelo Regúnaga

A handwritten signature in blue ink on a set of three horizontal lines. The signature is cursive and appears to read 'Marcelo Regúnaga'.

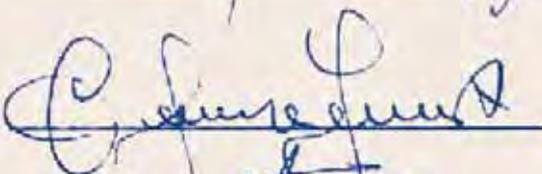
Bahamas
Valerie Outten

A handwritten signature in blue ink on a set of three horizontal lines. The signature is cursive and appears to read 'Valerie Outten'.

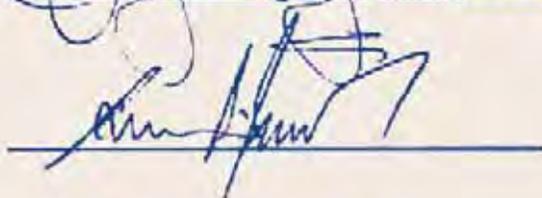
Barbados
Antony P. Wood

A handwritten signature in blue ink on a set of three horizontal lines. The signature is cursive and appears to read 'Antony P. Wood'.

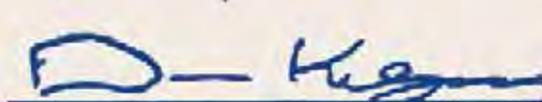
Belize
Daniel Silva

A handwritten signature in blue ink on a set of three horizontal lines. The signature is cursive and appears to read 'Daniel Silva'.

Bolivia
Jorge Monje

A handwritten signature in blue ink on a set of three horizontal lines. The signature is cursive and appears to read 'Jorge Monje'.

Brasil
Marcus Vinicius
Pratini de Moraes

A handwritten signature in blue ink on a set of three horizontal lines. The signature is cursive and appears to read 'Marcus Vinicius Pratini de Moraes'.

Canadá
David Kilgour

Chile
Jaime Campos Quiroga

Colômbia
Rodrigo Villalba Mosquera

Costa Rica
Alfredo Robert Polini

Dominica
Vince Henderson

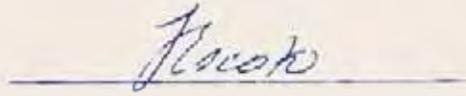
Equador
Galo Plaza Pallares

El Salvador
Armando Servellón

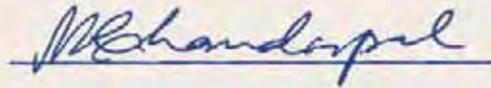
Estados Unidos da América
Thomas Hunt Shipman

Grenada
Clariss Charles

Guatemala
Jorge Rolando Escoto
Marroquín



Guiana
Navin Chandarpal



Haiti
Sébastien Hilaire



Honduras
Guillermo Alvarado Downing



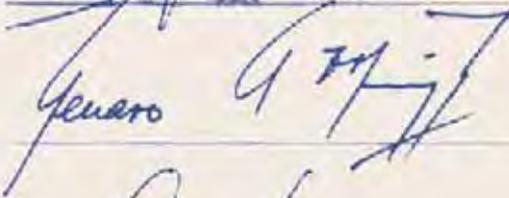
Jamaica
Roger Clarke



México
Javier Usabiaga



Nicarágua
Genaro A. Muñiz Bermúdez



Panamá
Pedro Adán Gordón S.



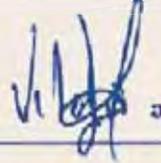
Paraguay
Carmelo Peralta



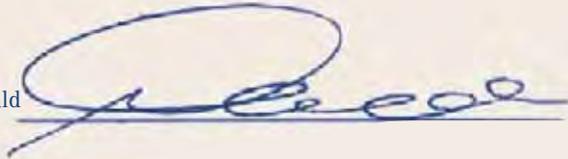
Perú
Alvaro Quijandria



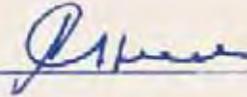
Santa Lúcia
Eustace Vitalis



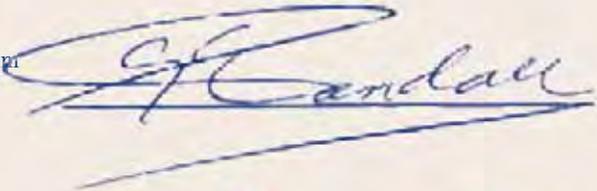
St. Kitts e Nevis
Rafael Adonis Archibald



São Vicente e Granadinas
Simeon Greene



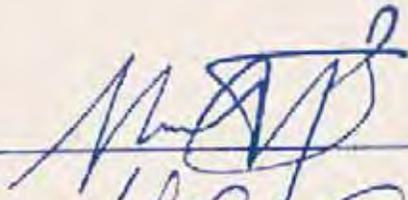
Suriname
Geetapersad Gangaram
Panday



Trinidad e Tobago
Swallay Mohammed



Uruguai
Gonzalo E. González



Venezuela
Efrén Andrade





Eligio Jáquez

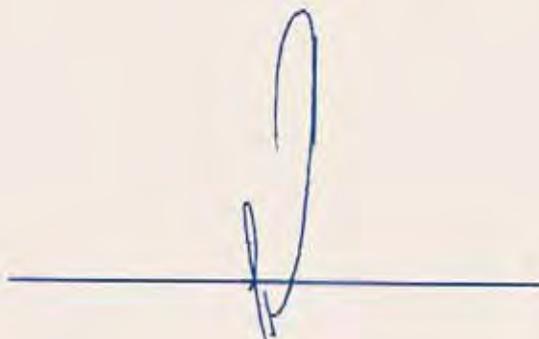
*Secretário de Estado da Agricultura da República Dominicana
e Presidente da Décima Primeira Reunião
Ordinária da Junta Interamericana de Agricultura*

Testemunhas de Honra



Hipólito Mejía

Presidente Constitucional da República Dominicana



Carlos E. Aquino

*Diretor-Geral
Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura*

PARTE II

**O PROCESSO MINISTERIAL
“AGRICULTURA E VIDA RURAL
NAS AMÉRICAS”**

No transcurso do Processo Ministerial “Agricultura e Vida Rural nas Américas”, iniciado em 2001 em resposta aos mandatos da Terceira Cúpula das Américas, os Ministros adotaram diretrizes de grande importância para a agricultura e a vida rural, as quais estão consignadas nos Acordos Ministeriais Hemisféricos (AMH) aprovados nas reuniões ministeriais realizadas em 2001, 2003, 2005 e 2007 e que estão incluídos neste documento.

No entanto, antes de discorrer sobre os AMH, faz-se necessário apresentar informações que contribuirão para a melhor compreensão do contexto, da origem e da evolução do referido processo, de suas reuniões e seus resultados.

Entre outros assuntos, há considerações sobre o marco político que no âmbito hemisférico revalorizou a agricultura e a vida rural, sobre o Processo Ministerial que surgiu em vista disso e sobre as razões que tornam esse processo fundamental para dar um passo adicional rumo à consolidação da posição alcançada pela agricultura e a vida rural. Também é assinalado como dar continuidade à tarefa inconclusa de conseguir que os AMH estejam plenamente refletidos nas agendas do desenvolvimento dos Estados membros e das organizações que com eles colaboram na aplicação de suas estratégias.

Conclui-se que, para dar esse passo adicional, é preciso haver uma liderança renovada que impulse o desenvolvimento de mecanismos capazes de facilitar aos grupos de interesse da agricultura e da vida rural o “trabalhar juntos” na construção de uma institucionalidade renovada nos países das Américas.

O contexto dos AMH

Nos últimos seis anos, vêm-se fortalecendo os processos globais e hemisféricos de diálogo, consenso e compromisso a respeito de temas estratégicos que levem a construir no século XXI um mundo mais justo, seguro, próspero e equitativo. Alguns resultados significativos e vigentes desses processos são os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e suas metas para 2015, bem como os mandatos e compromissos do processo de Cúpulas das Américas, que têm importantes implicações para a agricultura e as comunidades rurais.

De modo particular, destacam-se os mandatos e compromissos sobre agricultura e vida rural da Terceira Cúpula das Américas (Québec, 2001), que implicaram o seguinte:

- revalorizaram a agricultura e a vida rural ao reconhecer sua importância para o desenvolvimento integral dos países;
- conferiram aos Ministros da Agricultura um papel protagonista na implementação dos mandados do processo de Cúpulas das Américas;
- propiciaram a instauração do Processo Ministerial “Agricultura e Vida Rural nas Américas” e de suas reuniões como instrumentos para dinamizar o processo de Cúpulas das Américas; e
- incluíram o IICA como parceiro institucional em todas as etapas desse processo, juntamente com a OEA, a OPAS, o BID, a CEPAL e o Banco Mundial.

Assim, no contexto do processo de Cúpulas das Américas e mediante o desenvolvimento de um processo ministerial contínuo, amplo, participativo e transparente, os Ministros da Agricultura e seus Delegados vêm dialogando e formando consenso com relação aos AMH adotados nas Reuniões Ministeriais “Agricultura e Vida Rural nas Américas” no Contexto do Processo de Cúpulas das Américas, realizadas em Bávaro (2001), Panamá (2003), Guaiáquil (2005) e Guatemala (2007).

O que é o processo de Cúpulas das Américas?

Esse processo, liderado pelos Chefes de Estado e de Governo das Américas com o apoio dos Ministros das Relações Exteriores e dos Coordenadores Nacionais de Cúpulas, procura impulsionar a criação e execução de uma agenda interamericana para o desenvolvimento das Américas. Essa agenda compreende compromissos, mandatos e ações concretas em temas estratégicos para o desenvolvimento integral e sustentável dos países. Entre os temas estratégicos que os Chefes de Estado e de Governo incluíram na Terceira Cúpula das Américas estão a agricultura e a vida rural, dada sua importância para o alcance do desenvolvimento.

Foram realizadas quatro Cúpulas ordinárias (Miami, 1994, Santiago, 1998, Québec, 2001 e Mar del Plata, 2005) e duas Cúpulas extraordinárias (Santa Cruz de la Sierra, 1996 e Monterrey, 2004) . A continuidade do processo é assegurada mediante dois mecanismos que atuam no período compreendido

entre uma e outra Cúpula, a saber: (i) o Grupo de Revisão da Implementação de Cúpulas (GRIC), foro hemisférico em que os Ministros das Relações Exteriores se reúnem uma vez ao ano e, os Coordenadores Nacionais de Cúpulas, várias vezes ao ano para dar seguimento aos mandatos adotados e propor os textos de novos mandatos; e (ii) as reuniões ministeriais, nas quais os ministros têm a tarefa de orientar a implementação desses mandatos mediante acordos ministeriais específicos, acompanhá-los e sugerir novos mandatos.

Esses dois mecanismos são complementados pelo Grupo de Trabalho Conjunto das Cúpulas (GTCC), foro hemisférico dos organismos internacionais que atuam como parceiros institucionais em todas as etapas do processo de Cúpulas das Américas.

Qual foi o caminho inicial para a revalorização da agricultura e da vida rural?

Na Primeira Cúpula das Américas (Miami, 1994), a agricultura e a vida rural não foram incluídas entre os temas estratégicos para o desenvolvimento integral dos Estados membros. Preocupados pelas implicações que esse fato poderia acarretar, os Ministros da Agricultura se interessaram pela inclusão de ambas as áreas na agenda interamericana do máximo foro político das Américas.

Com o apoio do IICA, os Ministros empreenderam ações destinadas a posicionar devidamente a agricultura, convencidos de sua contribuição para melhorar as condições de vida no meio rural, fortalecer a democracia, promover a prosperidade, erradicar a pobreza e impulsionar o desenvolvimento sustentável, objetivos centrais do processo de Cúpulas das Américas. O interesse estratégico e visionário dos Ministros da Agricultura encontrou o espaço e o momento oportunos para obter resultados concretos na Terceira Cúpula das Américas (Québec, 2001).

Qual é o marco político para a revalorização da agricultura e da vida rural?

A Terceira Cúpula das Américas constitui um marco histórico nos esforços destinados a criar uma renovada institucionalidade para a agricultura

e a vida rural. Nela os Chefes de Estado e de Governo reconheceram a importância da agricultura e da vida rural para enfrentar a pobreza e impulsionar o desenvolvimento sustentável dos países ao definir o duplo papel que desempenha a agricultura: (i) como meio de vida para milhões de habitantes do campo; e (2) como setor estratégico do sistema socioeconômico para gerar prosperidade.

Com tal reconhecimento, as autoridades máximas dos Estados membros comprometeram-se a promover:

- ***uma ação conjunta de âmbito hemisférico*** dos atores do agro destinada ao melhoramento sustentável da agricultura e da vida rural; e
- ***estratégias nacionais de médio e longo prazos*** para o melhoramento sustentável de ambas as áreas, formuladas com base em diálogos que contem com a participação de ministros de governo, parlamentares e representantes dos diferentes setores da sociedade civil.

Na Cúpula Extraordinária das Américas (Monterrey, 2004), os Chefes de Estado e de Governo comprometeram-se a manter um esforço sustentado para melhorar as condições de vida das populações rurais mediante a promoção de investimentos e a criação de um ambiente que favoreça o melhoramento da agricultura e contribua para o desenvolvimento social, a prosperidade rural e a segurança alimentar. Para tanto, respaldaram as iniciativas dos Ministros da Agricultura ao definir, como mandato dessa Cúpula, a aplicação do **Plano AGRO 2003-2015 para a Agricultura e a Vida Rural nas Américas**, aprovado pelos Ministros em sua Segunda Reunião Ministerial (Panamá, 2003), em atenção à **ação conjunta hemisférica** que os Chefes de Estado e de Governo se comprometeram a promover em Québec (2001).

Na Quarta Cúpula das Américas (Mar del Plata, 2005), os mais altos dirigentes do Hemisfério comprometeram-se a construir um ambiente institucional com base na coordenação das políticas públicas, compreendendo um marco global para o desenvolvimento rural e agropecuário que promova o investimento, a geração de emprego e a prosperidade rural. Com tal propósito definiram, como **compromisso nacional**, *“Apoiar a implementação do Acordo Ministerial de Guaiacuil 2005 sobre Agricultura e Vida Rural nas Américas (Plano AGRO 2003-2015)”*.

Finalmente, na Quinta Cúpula das Américas (Trinidad e Tobago 2009), sob o lema *“Garantindo o Futuro dos nossos Cidadãos através da Promoção da Prosperidade Humana, Segurança Energética e Sustentabilidade Ambiental”*, os países formaram consenso quanto à Declaração de Compromiso de Puerto España, que destaca de modo especial a importância da agricultura para promover a prosperidade humana, a segurança energética e a sustentabilidade ambiental.

Particularmente no que concerne à agricultura e à vida rural, no parágrafo 25 da Declaração os Chefes de Estado e de Governo ressaltam que, para alcançar o desenvolvimento sustentável e a segurança alimentar, é de grande importância adotar uma abordagem ampla, multidimensional e multisetorial da agricultura e da vida rural.

De outro lado, nossos mandantes expressam seu apoio aos esforços destinados a reposicionar os temas e prioridades agrícolas e rurais nas estratégias nacionais, tal e como definiram os Ministros no AMH Guatemala 2007. Além disso, eles se comprometeram a fortalecer as abordagens e ações estratégicas nos níveis nacional, sub-regional, regional e hemisférico com o apoio do IICA e de outras organizações pertinentes.

Os mandatos e compromissos emanados dessas quatro Cúpulas configuram um quadro político que revaloriza a agricultura e a vida rural das Américas, gerando, ao mesmo tempo, um novo processo ministerial, cujos acordos contribuem para implementar e atualizar os mandatos das Cúpulas hemisféricas.

O que é o Plano AGRO 2003-2015?

O Plano AGRO 2003-2015 é a agenda compartilhada de longo prazo para promover o desenvolvimento sustentável da agricultura e do meio rural que surgiu em resposta ao parágrafo 18 da Declaração de Bávaro para o Melhoramento da Agricultura e da Vida Rural nas Américas.

O Plano foi aprovado na Segunda Reunião Ministerial (Panamá, 2003), após amplo processo de diálogo, negociação e formação de consenso com respeito às propostas nacionais, que em seguida foram submetidas a um processo similar em nível hemisférico. Esse processo foi liderado pelos Ministros da Agricultura com o apoio de seus Delegados Ministeriais.

O Plano AGRO constitui um marco de referência para as mudanças que se fazem necessárias a fim de alcançar a Visão Compartilhada de 2015. É implementado e atualizado pelos países mediante ações estratégicas das agendas hemisféricas bienais e das medidas para sua implementação e seguimento, negociadas no âmbito do GRICA e definidas pelos Ministros em suas reuniões ministeriais.

No Plano, os Ministros e os Secretários de Agricultura:

- (i) Esboçaram uma forma renovada de entender a agricultura e a vida rural, que constitui a estrutura conceitual e ordenadora do Plano AGRO. Essa forma renovada está sintetizada na **AGRO-Matriz**.
- (ii) Definiram a **Visão Compartilhada 2015** para a agricultura e a vida rural. A Visão é uma caracterização do futuro desejado no que se refere ao entorno nacional e internacional, aos territórios rurais e às cadeias agro produtivo-comerciais.
- (iii) Reiteraram os compromissos assumidos na Declaração Ministerial de Bávaro com os **Objetivos Estratégicos** da Prosperidade Rural, da Segurança Alimentar, da Inserção Internacional e Integração Regional da Agricultura, da Sanidade Agropecuária e Inocuidade dos Alimentos e do Desenvolvimento Sustentável da Agricultura e do Meio Rural. Os Objetivos Estratégicos permitem focalizar os esforços dos líderes da Comunidade da Agricultura e da Vida Rural das Américas.
- (iv) Comprometeram-se a impulsionar, em conjunto com os atores do agro e outros vinculados ao desenvolvimento da agricultura e da vida rural, as **ações estratégicas** da Agenda Hemisférica 2003-2005 com o propósito de se avançar para os Objetivos Estratégicos. Essa Agenda Hemisférica é a primeira de seis agendas bienais.
- (v) Expressaram que o Plano AGRO 2003-2015 reflete a intenção dos países membros de trabalhar para a realização da visão compartilhada, no entendimento de que os governos nacionais são os principais responsáveis pela implementação do Plano à luz de seus compromissos e acordos internacionais. Neste sentido, adotaram **medidas** sobre a **Implementação e Seguimento do Plano**, como:
 - (i) preparação de relatórios nacionais de andamento sobre a implementação das ações estratégicas da agenda hemisférica vigente;
 - (ii) atualização da agenda hemisférica para os cinco biênios seguintes;
 - (iii) solicitação às instituições internacionais e aos governos cooperantes que coordenem suas estratégias em função da implementação do Plano;
 - (iv) definição de medições apropriadas sobre o andamento do Plano.

O Plano AGRO 2003-2015 foi atualizado pelos AMH adotados na Terceira e na Quarta Reunião Ministerial (Guaiaquil, 2005, Guatemala, 2007, e Jamaica 2009).

O que são as Reuniões Ministeriais “Agricultura e Vida Rural nas Américas”?

A decisão adotada pelos Chefes de Estado e de Governo na Terceira Cúpula das Américas (Québec, 2001), no sentido de reconhecer e propiciar as reuniões ministeriais hemisféricas como mecanismos para a implementação de seus mandatos, de modo especial os relacionados com a agricultura e a vida rural, levou ao estabelecimento das Reuniões Ministeriais “Agricultura e Vida Rural nas Américas” no Contexto do Processo de Cúpulas das Américas. Essas reuniões são a expressão política setorial em nível hemisférico e têm por fim tratar dos assuntos estratégicos e dos mandatos específicos em matéria de agricultura e vida rural estabelecidos pelos governantes máximos em suas declarações e planos de ação. Constituem uma instância hemisférica para o diálogo político multilateral, bem como para a coordenação e a cooperação entre os 34 Estados membros do Sistema Interamericano.

“As reuniões dos ministros das diferentes áreas são o mecanismo operacional mais importante para o delineamento conjunto de planos setoriais de execução das políticas públicas na região. Esse é o valor agregado mais importante que trouxe para a OEA e para os nossos países o processo de Cúpulas das Américas”.¹

As reuniões ministeriais, que são parte do Processo Ministerial “Agricultura e Vida Rural nas Américas”, constituem momentos de síntese em que se informa sobre o andamento da implementação dos mandatos das Cúpulas e dos AMH. Por isso, essas reuniões são parte de dois processos complementares e articulados, o de Cúpulas das Américas e o de Agricultura e Vida Rural nas Américas. Mediante os AMH, essas reuniões dão continuidade ao processo de forjar a Visão Compartilhada de 2015 e, ao mesmo tempo, contribuem para a formação das novas decisões que deverão advir dos Chefes de Estado e de Governo.

Desse modo, a Reunião Ministerial “Agricultura e Vida Rural nas Américas”, o máximo foro hemisférico ministerial da agricultura, é o espaço político em

¹ Documentos oficiais das Cúpulas das Américas de Miami a Québec. Volume III. OEA. Extraído (e traduzido) do prólogo de Jaime Aparício Otero, Diretor da Secretaria de Cúpulas da OEA.

que os Ministros da Agricultura decidem, por consenso, as **prioridades e ações estratégicas** para o melhoramento da agricultura e da vida rural.

Sustentada em un continuo proceso ministerial, la identidad de la Reunión Ministerial se expresa y consolida con sus AMH. Esa identidad como actor hemisférico le ha llevado a posicionarse como un protagonista político de impacto real en el Proceso de las Cumbres de las Américas.

O que são os Acordos Ministeriais Hemisféricos (AMH)?

São as decisões ministeriais obtidas por consenso sobre assuntos estratégicos da agricultura e da vida rural das Américas. Como instrumentos internacionais que apóiam o processo de Cúpulas das Américas, os AMH documentam a vontade e o compromisso dos Ministros da Agricultura no sentido de promover, juntamente com os atores responsáveis pelo desenvolvimento da agricultura e da vida rural, **ações estratégicas** para o melhoramento sustentável dessas duas áreas.

Os AMH têm grande força política porque são o resultado de um processo ministerial amplamente participativo, têm sua origem nas realidades expressadas nas propostas nacionais e se fortalecem mediante o consenso hemisférico que formam os Delegados Ministeriais dos 34 Estados membros do Sistema Interamericano pela via do diálogo e da negociação. Essa força política, ademais, provém do compromisso dos governos para implementar os AMH e acompanhá-los em uma forma que permita a sua atualização e assegure a continuidade do processo necessário para seguir rumo à Visão Compartilhada de 2015, definida pelos Ministros da Agricultura no Plano AGRO 2003-2015.

A força política dos AMH é reafirmada por serem adotados como documentos oficiais do processo de Cúpulas das Américas e servirem de insumo para as declarações e planos de ação que emitem os Chefes de Estado e de Governo.

O que é o Processo Ministerial e como se formam os AMH?

Os AMH têm origem nos Estados membros mediante um processo ministerial que envolve consultas nacionais das quais surgem as propostas que os países

vêm a compartilhar. Com base nessas propostas, inicia-se o diálogo e a negociação entre os Estados membros para formar o consenso hemisférico com respeito ao conteúdo de cada AMH.

Dados os diferentes interesses e perspectivas dos países, o Processo Ministerial facilita o avanço na definição dos AMH com base em decisões amplamente acordadas. Dessa forma, os AMH refletem pontos de convergência e entendimento dos países de grande valor para o melhoramento da agricultura e da vida rural.

Com o propósito de facilitar o diálogo hemisférico e a formação de consenso, desde 2001 o Processo Ministerial vem sendo liderado por dois grupos de protagonistas que contam com seus próprios foros hemisféricos e acordos, quais sejam: (i) os Delegados Ministeriais da Agricultura e da Vida Rural, cujo foro hemisférico é o GRICA, e (ii) os Ministros da Agricultura, que têm na Reunião Ministerial “Agricultura e Vida Rural nas Américas” o seu foro.

Os Delegados Ministeriais coordenam, em seus países, a formação das propostas nacionais para os AMH e, reunidos no âmbito do GRICA, forjam, em conjunto, o consenso hemisférico requerido para os acordos que assinam os Ministros em suas reuniões. Também coordenam a elaboração dos relatórios nacionais de andamento do Plano AGRO 2003-2015 e identificam os desafios que os países deverão enfrentar para implementá-lo.

Qual é a institucionalidade que sustenta o Processo Ministerial?

Para que as reuniões ministeriais sejam eficazes na consolidação da posição que a agricultura e a vida rural alcançaram no processo de Cúpulas das Américas, os Ministros da Agricultura e seus Delegados conduzem, com o apoio do IICA, o Processo Ministerial, que se sustenta em uma “arquitetura institucional” cujos componentes, a seguir indicados, são de ordem organizacional (os quatro primeiros) e de ordem orientadora (os dois últimos):

- Uma **equipe nacional** constituída pelo Delegado Ministerial da Agricultura e da Vida Rural, pelo Delegado Suplente e por um grupo de apoio técnico integrado por funcionários das unidades de políticas ou de planejamento dos ministérios da agricultura. As funções chave

dessa equipe nacional são estas: (i) coordenar no país a implementação dos mandatos das Cúpulas e dos AMH; (ii) preparar os relatórios de andamento e desafios que são compartilhados com os demais Delegados Ministeriais; e (iii) conduzir as consultas nacionais de onde provêm os insumos necessários para iniciar a formação de consenso com relação aos novos AMH.

- Um **foro hemisférico de Delegados Ministeriais**, o GRICA, presidido pelo Delegado Ministerial do país sede da subsequente reunião ministerial, acompanhado, nessa tarefa, pelo Delegado Ministerial do país sede da última reunião. Com base no diálogo e na negociação, os Delegados Ministeriais formam, nesse foro hemisférico, o consenso sobre as propostas dos novos AMH que submetem à consideração dos Ministros.
- A **Secretaria do Processo Ministerial** e de sua Reunião Ministerial, exercida pelo IICA, cuja principal tarefa é apoiar o diálogo nacional, regional e hemisférico que: (i) sustenta os AMH; (ii) dá continuidade ao Processo Ministerial; (iii) facilita a integração regional no contexto do processo hemisférico; (iv) facilita a articulação do Processo Ministerial com o processo de Cúpulas das Américas; e (v) contribui para a consolidação da posição da agricultura e da vida rural na agenda presidencial interamericana. Para fortalecer esse diálogo, a Secretaria apóia o trabalho dos Delegados, o GRICA e a Reunião Ministerial. Além disso, a Secretaria é depositária da memória institucional do processo “Agricultura e Vida Rural nas Américas”, para cujo efeito mantém atualizada a página do IICA na Internet, www.iica.int/cumbres.
- Uma **reunião ministerial hemisférica no contexto do processo de Cúpulas das Américas**. Esse componente constitui o foro dos Ministros da Agricultura, que norteia e conduz o processo hemisférico e aprova os AMH que dão continuidade ao processo de formação da Visão Compartilhada de 2015 para a Agricultura e a Vida Rural. Por meio da Secretaria, a Presidência da Reunião Ministerial envia alguns desses AMH para a Presidência do Grupo de Revisão da Implementação de Cúpulas (GRIC) e para a Secretaria de Cúpulas da OEA para posterior consideração dos Chefes de Estado e de Governo, a fim de que tomem as decisões necessárias rumo àquela Visão.

- Um **quadro orientador estratégico para a agricultura e a vida rural nas Américas**, constituído pelos mandatos sobre agricultura e vida rural das Cúpulas e pelos AMH, cujo eixo articulador é o Plano AGRO 2003-2015. Esse AMH, que constitui uma referência comum para os tomadores de decisão, contém a Visão Compartilhada de 2015, os objetivos estratégicos, as agendas ministeriais hemisféricas e as medidas para sua implementação e seguimento.
- Uma **concepção renovada da agricultura e da vida rural**, a AGRO-Matriz, que os Delegados Ministeriais e os Ministros desenvolveram progressivamente em suas três primeiras reuniões (Bávaro, 2001, Panamá, 2003 e Guaiaquil, 2005) com o objetivo de formar consenso com respeito ao âmbito do Plano AGRO.

Quais são os AMH e o que definem?

No contexto do Processo Ministerial 2001-2007, foram realizadas quatro reuniões ministeriais, das quais resultaram os seguintes AMH:

Jamaica 2009: Quinta Reunião Ministerial

- *Plano AGRO 2003-2015: Acordo Ministerial Hemisférico Jamaica 2009*

Este Acordo consta de duas partes: (i) a Agenda Hemisférica 2010-2011, com 15 ações estratégicas que complementam aquelas adotadas nas Reuniões Ministeriais realizadas em 2003 (Panamá), 2005 (Guaiaquil) e 2007 (Guatemala); e (ii) a seção “Implementação e Seguimento”, que compreende seis medidas. Em seu conjunto, o Acordo enfatiza a formação de capacidades para melhorar a segurança alimentar e a vida rural nas Américas.

Guatemala, 2007: Quarta Reunião Ministerial

- *Plano Agro 2003-2015: Acordo Ministerial Hemisférico Guatemala 2007.*

Este AMH consta de duas partes: (i) a Agenda Hemisférica 2008-2009, “Liderando um enfoque integral da agricultura e da vida

rural”, com 11 ações estratégicas que complementam as adotadas nas reuniões ministeriais de 2003 (Panamá) e 2005 (Guaiaquil); e (ii) a seção Implementação e Seguimento “*Trabalhando juntos pelo agro das Américas*”, que inclui seis medidas com implicações diretas para o trabalho nos países e regiões, bem como para o papel dos organismos internacionais e da Secretaria do Processo Ministerial.

O Acordo Guatemala 2007 define o caminho rumo a construção de uma institucionalidade renovada para o desenvolvimento sustentável da agricultura e do meio rural com a participação dos setores público, privado e social. Nesse sentido, este Acordo ressalta duas diretrizes estratégicas complementares: “...a primeira, promover com os atores do agro uma forma ampla de conceber e trabalhar a agricultura e o meio rural e, a segunda, utilizar, com eles, o enfoque “trabalhando juntos” pelo melhoramento da agricultura e da vida rural nas Américas”.

Guaiaquil, 2005: Terceira Reunião Ministerial

- *Plano AGRO 2003-2015: Acordo Ministerial de Guaiaquil para a Agricultura e a Vida Rural nas Américas*

A decisão de implementar este Plano mediante agendas ministeriais bienais implicou a necessidade de conhecer o avanço obtido na implementação de suas ações estratégicas e, com base nisso, proceder à sua atualização. Este AMH reafirma o compromisso dos Ministros com o Plano AGRO 2003-2015, que é atualizado por ações estratégicas complementares para o biênio 2006-2007 e por medidas para sua implementação e seguimento. O Acordo, basicamente, está inspirado em duas vertentes estratégicas: a promoção de políticas de Estado para a agricultura e a vida rural e o fortalecimento da integração regional e da cooperação internacional.

- *Acordo Ministerial sobre a Implementação e o Seguimento do Plano AGRO 2003-2015 em Preparação para a Quarta Reunião Ministerial*

Refere-se, principalmente, à elaboração dos relatórios nacionais sobre o andamento do Plano e os desafios encontrados na sua implementação, os quais servirão para atualizar o Plano com relação ao biênio 2008-2009.

- *Acordo Ministerial sobre o Sistema de Informação para o Seguimento do Plano AGRO 2003-2015*

Este AMH reconhece o esforço para contar com esse sistema iniciado pelo IICA e a CEPAL, no qual contam com o apoio da FAO, da OPAS, da UNESCO e da OIT. Nele está expressa a decisão de dar continuidade às ações destinadas ao desenvolvimento do referido sistema.

- *Acordo Ministerial sobre a proposta da Quarta Cúpula das Américas*

Mediante este AMH, os Ministros incumbiram o Presidente e a Secretaria da Reunião Ministerial de, com base na proposta ministerial, promover a consolidação da posição alcançada pela agricultura e a vida rural no processo de Cúpulas das Américas.

Panamá, 2003: Segunda Reunião Ministerial

- *Plano AGRO 2003-2015 para a Agricultura e a Vida Rural nas Américas*

A vontade dos Ministros de alcançar o consenso necessário para preparar uma agenda hemisférica compartilhada, concretizada na Primeira Reunião Ministerial, estimulou a continuação do diálogo e a elaboração deste segundo AMH.

No Plano, a vontade dos Ministros está formalizada nos quatro seguintes componentes complementares: a Visão Compartilhada de 2015, os Objetivos Estratégicos para a focalização dos esforços, as ações estratégicas para cumprir esses objetivos (a Agenda Hemisférica 2003-2005) e as medidas para a implementação e o seguimento do Plano.

Os Ministros e seus Delegados tomaram por base, na elaboração do Plano, o emprego de uma nova e ampla concepção da agricultura e da vida rural de grande valor para a formulação de estratégias efetivas para o agro. Essa estratégia está sintetizada na **AGRO-Matriz**.

- *Acordo Ministerial sobre a Implementação e o Seguimento do Plano AGRO 2003-2015*

Bávaro, 2001: Primeira Reunião Ministerial

- *Declaração Ministerial de Bávaro para o Melhoramento da Agricultura e da Vida Rural nas Américas*

Esta declaração expressa o compromisso dos Ministros da Agricultura de promover uma ação conjunta para o melhoramento da agricultura e da vida rural, tal como dispõe o Plano de Ação da Terceira Cúpula das Américas. Assinala a necessidade de envidar esforços para o alcance da segurança alimentar, da redução da pobreza rural e do desenvolvimento sustentável da agricultura e do meio rural, com base em objetivos de maior equidade, competitividade, manejo sustentável dos recursos naturais e governabilidade democrática.

O que é a AGRO-Matriz e qual é a sua utilidade?

A AGRO-Matriz sintetiza a concepção renovada da agricultura e da vida rural e facilita a compreensão integral dessas duas áreas. Reconhece a agricultura e a vida rural como fenômenos complexos, com múltiplos atores e diversos interesses, que deveriam ser considerados na formulação de estratégias e políticas efetivas para a sua transformação.

É um dos principais resultados do processo de formação de consenso utilizado pelos Delegados Ministeriais para apoiar os Ministros da Agricultura no desenvolvimento dos AHM adotados nas reuniões ministeriais realizadas em 2003, 2005, 2007 e 2009.

A AGRO-Matriz, utilizada como base para a elaboração do Plano AGRO 2003-2015, é o quadro de referência para o desenvolvimento sustentável da agricultura e do meio rural, tal como indica o segundo parágrafo desse Plano.

Há dois aspectos que é preciso distinguir na AGRO-Matriz, quais sejam: (i) os dois alicerces de sua estrutura e (ii) os três elementos da situação desejada.

Os dois alicerces de sua estrutura são a concepção sistemática da agricultura e da vida rural, com suas três categorias ou campos de ação (territórios rurais, cadeias de valor agrícola e conjuntura nacional e internacional) e o enfoque do desenvolvimento sustentável, com suas quatro dimensões ou tipos de ação (produtivo-comercial, ecológico-ambiental, sociocultural-humana e político-institucional).

Os três elementos da situação desejada na busca da Visão Compartilhada de 2015 são os doze propósitos, os sete objetivos estratégicos e o objetivo superior que norteiam as estratégias, políticas e ações. guían las estrategias, las políticas y las acciones.

A AGRO-Matriz

Concepção Sistêmica	Territórios rurais	Cadeias agroprodutivo-comerciais	Contexto nacional e internacional	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	
Enfoque do desenvolvimento sustentável					
Produtivo-comercial	I. Fomentando empresas rurais competitivas	II. Integrando as cadeias e fortalecendo sua competitividade	III. Promovendo o entorno favorável à agricultura competitiva	Competitividade	↓
Ecológico-ambiental	IV. Assumindo a responsabilidade ambiental no campo	V. Do campo à mesa: incentivando a gestão ambiental integrada	VI. Participando na construção da institucionalidade ambiental	Gestão sustentável dos recursos naturais	
Sociocultural e humana	VII. Qualidade de vida nas comunidades rurais: criando capacidades e oportunidades	VIII. Fortalecendo o aprendizado e o conhecimento na cadeia	IX. Promovendo políticas para a criação de capacidades para as comunidades rurais	Equidade	
Político-institucional	X. Fortalecendo a participação e a ação coordenada público-privada nos territórios	XI. Fortalecendo o diálogo e o compromisso entre atores de cadeia	XII. Fortalecendo políticas de Estado e a cooperação regional e hemisférica para a agricultura e a vida rural	Governança	
OBJETIVOS ESTRATÉGICOS				OBJETIVO SUPERIOR DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL DA AGRICULTURA E DO MEIO RURAL	

A AGRO-Matriz facilita a captação dos aspectos fundamentais do complexo fenômeno da agricultura e da vida rural, bem como a promoção das estratégias políticas e ações destinadas a abordar temas específicos, e a articulação dos diferentes grupos de interesse com vistas à criação de uma nova institucionalidade para o desenvolvimento sustentável da agricultura e do meio rural.

A AGRO-Matriz é uma ferramenta idônea para poder entender e determinar a contribuição “real” da agricultura e da vida rural ao desenvolvimento dos países. Seu uso facilita a formação de uma base comum de informação em agricultura e vida rural e quanto à natureza e magnitude de seus processos. Também permite obter a opinião e expectativas dos diversos atores da agricultura e da vida rural e facilitar a definição e a hierarquização de objetivos e ações estratégicas, a identificação da incidência de políticas e programas e a avaliação do grau de progresso alcançado no cumprimento dos propósitos e objetivos estratégicos e na consecução da Visão Compartilhada de 2015.

O que é o Sistema de Informação?

Desde a aprovação do Plano AGRO em 2003, os Ministros da Agricultura consideraram necessário contar com medidas para sua implementação e seguimento, tal como consta nos AMH adotados nas três últimas reuniões ministeriais (Panamá, 2003, Guaiaquil, 2005 e Guatemala, 2007).

Na Terceira Reunião Ministerial (Guaiaquil, 2005), os Ministros consideraram que é preciso realizar o seguimento e a avaliação dos esforços envidados mediante um sistema de informação que compreenda os três seguintes aspectos da implementação:

- cumprimento dos acordos;
- o impacto dos acordos no melhoramento da agricultura e da vida rural; e
- a opinião e as expectativas dos líderes.

Nesse sentido, os Ministros aprovaram o AMH sobre o Sistema de Informação para o Seguimento do Plano AGRO (SI). Na Quarta Reunião Ministerial (Guatemala, 2007), a Secretaria do Processo Ministerial informou os Ministros sobre a situação da implementação deste AMH.

O SI é uma iniciativa ministerial para a geração e uso de informação inovadora e atualizada capaz de contribuir para o processo de tomada de decisões quanto à formulação de políticas e estratégias destinadas ao desenvolvimento sustentável da agricultura e do meio rural. Baseia-se na integração de três componentes da informação, à luz de um quadro conceptual comum (a AGRO-Matriz), os quais são os seguintes:

- as ações nacionais e os desafios que enfrentam os Estados membros na implementação do Plano AGRO;
- os indicadores de desempenho da agricultura e do meio rural; e
- as expectativas dos líderes da agricultura e da vida rural.

O desenvolvimento do SI demanda um esforço conjunto dos países e dos organismos internacionais. O componente de ações e desafios sustenta-se nos relatórios nacionais sobre os avanços obtidos na implementação do Plano AGRO, preparados pelos Delegados Ministeriais. O componente indicadores de desempenho toma por base um trabalho liderado pela CEPAL em coordenação com o IICA, o qual contou com o apoio de outros organismos internacionais, principalmente da FAO e da OPAS. O componente expectativas dos líderes fundamenta-se nas respostas obtidas mediante a Consulta Nacional aos Líderes da Agricultura e da Vida Rural, conduzida pelo IICA.

O SI permite que os atores do agro contem com informação estratégica atualizada, organizada e sustentada em um quadro de referência baseado na concepção ampla e integral da agricultura e da vida rural e permanentemente disponível na página eletrônica da Secretaria do Processo Ministerial.

A oportunidade e o desafio: como avançar na tarefa inconclusa de articular a questão hemisférica com a nacional?

Os mandatos das Cúpulas e os AMH são necessários, porém, não suficientes para tornar realidade nos países a Visão Compartilhada de 2015. Eles constituem um marco político e técnico que permite a formulação de estratégias e políticas nacionais, o alinhamento institucional e a focalização

dos esforços nacionais e da cooperação internacional. No entanto, para criar desde agora a mudança que os AMH promovem com a Visão Compartilhada de 2015 é preciso privilegiar, na implementação dos AMH, a construção de uma institucionalidade renovada no âmbito nacional.

O passo adicional necessário para construir tal institucionalidade é uma liderança renovada que impulse a implementação da estratégia intersetorial “trabalhando juntos” nos setores público, privado e social, contando, para tanto, com o apoio coordenado dos organismos internacionais. O objetivo dessa estratégia é consolidar o Processo Ministerial “Agricultura e Vida Rural nas Américas”, articulando nesse processo as questões hemisféricas e regionais com as nacionais.

ANEXO 1

ACORDO MINISTERIAL HEMISFÉRICO

■ Plano AGRO 2003-2015 para a Agricultura e Vida Rural nas Américas

Panamá 2003 – Guaiaquil 2005
Guatemala 2007 – Jamaica 2009

A Visão Compartilhada de 2015 e as Ações Estratégicas correspondentes aos 12 Propósitos da AGRO-Matriz

A VISÃO COMPARTILHADA DE 2015 E AS AÇÕES ESTRATÉGICAS

CORRESPONDENTES AOS 12 PROPÓSITOS
DA AGRO-MATRIZ

I. Fomentando empresas rurais competitivas

A Visão Compartilhada 2015

A economia rural compreende dinâmicas tanto agrícolas como não-agrícolas. Conta com organizações, instituições e empresas com capacidade de inovação. Dispõe de eficientes serviços de apoio e melhor acesso à tecnologia para a produção e o comércio. Gera bens e serviços com níveis de produção e produtividade consoantes com as exigências dos mercados nacionais e mundiais.

Agenda Hemisférica 2003-2005

Promover condições que estimulem, no meio rural, o desenvolvimento da infra-estrutura necessária, empresas competitivas e o incremento dos investimentos que melhorem a vida no campo.

Promover sistemas inovadores de serviços financeiros e não-financeiros e de gestão de riscos para o meio rural.

Promover a segurança alimentar mediante o aumento da produtividade, maior acesso ao mercado por meio da melhor distribuição e da produção de alimentos inócuos e nutritivos, bem como da produção e do consumo de produtos que ofereçam maiores vantagens comparativas, considerando os aspectos sociais e econômicos.

Melhorar a conectividade rural e o acesso à informação mediante o estabelecimento de sistemas de redes de informação entre as comunidades.

Promover maior articulação entre os produtores, centros de pesquisa e serviços agropecuários públicos e privados, tendo em vista a definição de prioridades e a implementação de atividades nas áreas da pesquisa e da transferência de tecnologia.

Agenda Hemisférica 2006-2007

Áreas de desenvolvimento econômico local

Fortalecer o desenvolvimento econômico local com o apoio do investimento público e privado e com base num enfoque integrado que aumente a produtividade, a competitividade e a capacidade empresarial das empresas rurais a fim de gerar emprego e melhorar as condições de vida nos territórios rurais.

Agenda Hemisférica 2008-2009

Capacidade empreendedora, inovadora e empresarial

Estimular e impulsionar o desenvolvimento da capacidade empreendedora, inovadora e empresarial nos homens e mulheres das comunidades rurais, de modo a apoiar a geração de novas e novos empresários e empresas e o crescimento sustentado e competitivo das empresas emergentes e existentes.

Agenda Hemisférica 2010 -2011

Mais e melhores alimentos

Promover a inovação tecnológica e difundir o uso de boas práticas de produção e tecnologia em bases científicas, inclusive as ambientais e sanitárias, entre produtores, organizações de produtores, líderes locais e profissionais que prestam assistência técnica com vistas contribuir para a produção, a produtividade, a nutrição, a qualidade e inocuidade dos alimentos, a competitividade e a sustentabilidade das atividades agropecuárias.

Diversificação da cesta de alimentos

Melhorar a qualidade de vida nas áreas rurais, incentivando a produção de produtos tradicionais de consumo local e de sua cultura, potencializando o uso de espécies e variedades subutilizadas e promovendo o aumento de sua produtividade e comercialização mediante, entre outros, a pesquisa com vistas a contribuir para a diversificação da cesta de alimentos, o abastecimento local, a segurança alimentar e a preservação da biodiversidade.

II. Integrando as cadeias e fortalecendo sua competitividade

A Visão Compartilhada 2015

A agricultura constitui-se de cadeias agroprodutivo-comerciais cujos elos agregam valor.

A agricultura proporciona produtos inócuos, saudáveis e de alta qualidade e conta com serviços de apoio eficientes e competitivos.

Agenda Hemisférica 2003-2005

Promover o fortalecimento da articulação das cadeias agroprodutivo-comerciais e a ampliação da infra-estrutura para o desenvolvimento.

Promover programas de pesquisa, desenvolvimento e comercialização de produtos que utilizam matéria-prima nacional que lhes agreguem valor.

Agenda Hemisférica 2006-2007

Gestão e certificação de qualidade

Promover a gestão integrada da qualidade nas cadeias agroprodutivas, incluindo, entre outros, o desenvolvimento de sistemas de sanidade

agropecuária e inocuidade dos alimentos e mecanismos de certificação. A informação relacionada com as ferramentas de gestão da qualidade deve ser difundida a fim de facilitar a expansão da produção e do comércio.

Desenvolvimento de produtos com base na biotecnologia

Desenvolver novos produtos com base no uso da biotecnologia, no contexto das políticas nacionais de inovação, com a participação coordenada de atores públicos e privados, levando em conta os mecanismos de biossegurança e em consonância com os acordos regionais e internacionais em vigor.

Agenda Hemisférica 2008-2009

Informação de mercado

Aumentar a disponibilidade de informação de mercados confiável e oportuna e melhorar o acesso dos produtores rurais e de outros setores vinculados à cadeia produtiva a essa informação mediante a operação de diversos mecanismos ou serviços públicos e privados.

Cadeias incluídas

Estimular a integração dos produtores rurais e das micro, pequenas e médias empresas agrícolas às cadeias produtivo-comerciais que contribuam para uma renda sustentável.

Agenda Hemisférica 2010-2011

Armazenamento e processamento de alimentos

Promover o melhoramento da tecnologia e infraestrutura de coleta, armazenamento e processamento de alimentos mediante o investimento público e privado a fim de contribuir para o melhor aproveitamento da produção agropecuária, a redução das perdas pós-colheita e o aumento do abastecimento de alimentos nos mercados nacionais e de exportação.

III. Promovendo o entorno favorável à agricultura competitiva

A Visão Compartilhada 2015

As políticas macroeconômicas facilitam a efetiva gestão de um processo de desenvolvimento da agricultura que promove o melhoramento da vida rural e permite o maior acesso a serviços eficientes, tecnologias novas e apropriadas, melhor infra-estrutura, sistemas de informação de fácil manuseio e mercados transparentes.

O comércio agropecuário se dá sob um contexto internacional menos distorcido pelos subsídios e pelas barreiras ao acesso ao mercado.

Agenda Hemisférica 2003-2005

Apoiar uma reforma real e significativa na agricultura mediante o fortalecimento das normas multilaterais que regulam o comércio agropecuário, conforme foi acordado em Doha, incluindo melhorias significativas no acesso aos mercados; redução com vistas à eliminação de todas as formas de subsídios de exportação e reduções substanciais das ajudas internas que distorcem o comércio. Apoiar o estabelecimento de áreas de livre comércio no Hemisfério e em outros foros regionais ou sub-regionais. Apoiar o desenvolvimento de capacidades e a cooperação técnica para a consecução desses objetivos e participar nesse processo.

Atribuir alta prioridade às políticas regionais de saúde animal, sanidade vegetal e inocuidade dos alimentos, fortalecendo os sistemas nacionais e regionais e reafirmando seu compromisso com as organizações competentes, reconhecidas pelo Acordo sobre a Aplicação de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias da OMC e com as organizações internacionais pertinentes (*Codex Alimentarius*, Organização Internacional de Epizootias-OIE, Convenção Internacional sobre Proteção Fitossanitária-CIPF) e com as organizações regionais e internacionais pertinentes.

Promover condições econômicas e sociais propícias ao desenvolvimento de agronegócios, geração de emprego, integração das cadeias agroprodutivo-comerciais e sua participação no contexto mundial.

Estimular a micro, pequena e média empresa rural, cooperativas e grupos comunitários dedicados à produção agropecuária, agroindústria e serviços rurais.

Incentivar o cooperativismo como forma de melhorar a organização da produção e comercialização, bem como a renda rural.

Apoiar programas que incentivem o investimento privado interno e externo no meio rural, fomentando a adoção de medidas legais que dêem segurança ao investidor.

Incentivar o estabelecimento de prioridades e a revitalização das capacidades de pesquisa mediante a coordenação entre agricultores, centros de pesquisa e serviços agrícolas e facilitar o acesso a tecnologias inovadoras que sejam adaptáveis e práticas, vinculadas diretamente com os sistemas de produção, processamento e comercialização.

Facilitar o acesso a novas tecnologias para aumentar a produtividade e estabelecer um mecanismo hemisférico com vistas a alcançar a melhor compreensão da ciência e da segurança dos produtos biotecnológicos, inclusive a criação de bases de dados. Considerar o desenvolvimento da biotecnologia e sua aplicação na agricultura sob uma visão estratégica sustentável.

Apoiar as ações conducentes ao cumprimento das normas internacionais de sanidade agropecuária.

Agenda Hemisférica 2006-2007

Geração de energia de fontes alternativas

Promover políticas de incentivo à geração de energia de fontes alternativas baseadas em atividades agrícolas e agroindustriais, no uso sustentável dos recursos naturais renováveis e na moderna biotecnologia.

Políticas para a agroindústria

Estimular a adoção de políticas de desenvolvimento da agroindústria, do agronegócio e da atividade rural não-agrícola voltada para o mercado.

Agenda Hemisférica 2008-2009

Fortalecimento da pequena e média empresa rural

Implementar políticas que promovam a coordenação dos setores público e privado com o propósito de melhorar a competitividade dos produtores e das empresas rurais para maximizar o intercâmbio comercial.

Mobilização de recursos

Mobilizar recursos públicos e privados para a criação de infra-estrutura a fim de promover investimentos no setor rural e uma agricultura competitiva.

Agenda Hemisférica 2010-2011

Sanidade agropecuária e inocuidade dos alimentos

Fortalecer o desenvolvimento de capacidades e a modernização da institucionalidade nacional e internacional no âmbito da sanidade agropecuária e da inocuidade dos alimentos com o propósito de melhorar:

- a situação veterinária, fitossanitária e de saúde pública dos países,
- a harmonização das medidas sanitárias e fitossanitárias, de acordo com as normas internacionais e em bases científicas,
- os controles fronteiriços e de doenças transfronteiriças, e
- a capacidade de gestão para prevenir e combater a incidência e a propagação dos organismos invasivos e das doenças.

Gestão de solos e água

Fortalecer, juntamente com a cooperação de outras instituições nacionais e com o assessoramento técnico de organismos internacionais:

- a implementação de estratégias nacionais,
- o intercâmbio internacional de experiências, e
- a mobilização de recursos, para incrementar a capacidade dos atores do agro a fim de estimular a conservação e a gestão sustentável dos recursos de terra e água para

enfrentar a degradação, a desertificação, as inundações e estiagens com vistas à proteção da terra e da água como bens da Humanidade, assim como para incentivar o aumento da produção e da produtividade agropecuária.

Posse da terra e titulação

Propiciar programas que facilitem o acesso à terra e o estabelecimento de mecanismos que possibilitem aos pequenos produtores a segurança de sua propriedade e titulação.

Gestão de riscos e emergências agrícolas

Aperfeiçoar e desenvolver instrumentos para a gestão de riscos tais como:

- seguros agropecuários,
- mecanismos para combater os riscos relacionados com a ocupação ilegal e o furto agropecuário,
- integração de sistemas de informação de alerta precoce, e
- redes internacionais de cooperação para a avaliação de riscos, bem como fortalecer a capacidade nacional de gestão integral de emergências na agricultura e no meio rural decorrentes das mudanças climáticas e meteorológicas e da ação do homem.

IV. Assumindo a responsabilidade ambiental no campo

A Visão Compartilhada 2015

Na agricultura são utilizadas práticas e tecnologias ecologicamente corretas que contribuem para o manejo sustentável dos recursos naturais.

Agenda Hemisférica 2003-2005

Aumentar a compreensão do impacto ambiental dos sistemas agropecuários convencionais e das tecnologias de produção apropriadas aos sistemas agroecológicos.

Promover o acesso a práticas agropecuárias, florestais e pesqueiras sustentáveis sob a ótica do meio ambiente, bem como a sua adoção, incluindo alternativas agroecológicas e orgânicas.

Apoiar o melhor entendimento e facilitar o diálogo e o trabalho em prol do consenso hemisférico no que diz respeito aos vínculos entre biodiversidade e agricultura no contexto dos acordos nacionais e internacionais.

Fortalecer as capacidades nacionais e locais para a atenuação de desastres naturais.

Promover a agricultura sustentável sob uma visão agroecológica ampliada e inovadora baseada no ordenamento dos territórios rurais, na diversificação e no uso não-alimentar da produção agrícola.

Incentivar o diálogo e colaborar com outros setores ligados à vida rural com vistas ao desenvolvimento de atividades que vinculem a agricultura com outras atividades não-agrícolas, tais como agroturismo, ecoturismo e serviços ambientais.

Agenda Hemisférica 2008-2009

Plano ambiental-empresarial

Promover a formação de capacidades nacionais para desenvolver e executar políticas agroambientais no meio rural em que participem as organizações rurais, a comunidade acadêmica e os setores público e privado.

V. Do campo à mesa: incentivando a gestão ambiental integrada

A Visão Compartilhada 2015

As cadeias agroprodutivo-comerciais utilizam sistemas e tecnologias que atenuam os efeitos de desastres naturais e emergências sanitárias e fitossanitárias.

Agenda Hemisférica 2003-2005

Promover a gestão ambiental nos elos das cadeias agroprodutivo-comerciais.

VI. Participando na construção da institucionalidade ambiental

Agenda Hemisférica 2003-2005 A Visão Compartilhada 2015

Promover a agricultura orgânica, bem como normas sobre a produção, vigilância, controle e certificação da qualidade e do comércio de produtos orgânicos.

Colaborar com as autoridades nacionais pertinentes na atualização das normas ambientais para a agricultura e no fortalecimento da coordenação público-privada para a gestão ambiental.

Incentivar a participação ativa de líderes da agricultura e da comunidade rural nas discussões nacionais referentes às negociações internacionais sobre meio ambiente e desenvolvimento sustentável.

Promover a formação de uma rede hemisférica especializada em alerta precoce e monitoração agrometeorológica para a atenuação de desastres naturais mediante esforços conjuntos de instituições públicas e privadas no Hemisfério.

Agenda Hemisférica 2006-2007

Serviços ambientais e práticas compatíveis com o meio ambiente

Estimular o desenvolvimento de diferentes enfoques e mecanismos que reconheçam o valor dos serviços ambientais proporcionados pelo meio rural e das práticas compatíveis com o meio ambiente.

Oportunidades de mercado para bens e serviços produzidos de maneira ambientalmente sustentável

Aprimorar a institucionalidade e consolidar o avanço na produção e comercialização dos produtos agrícolas sustentáveis.

Agenda Hemisférica 2010-2011

Mudanças climáticas

Fortalecer a capacidade do setor agrícola para mitigar e adaptar-se às mudanças climáticas mediante o desenvolvimento e a implementação de estratégias que compreendam:

- a coordenação entre políticas ambientais e de segurança alimentar,
- o desenvolvimento de incentivos para os que protegem o meio ambiente,
- a geração e o uso de tecnologias e práticas ambientalmente sustentáveis,
- maior investimento dos setores público e privado; e
- avaliação do impacto das mudanças climáticas e intercâmbio de informação.

Gestão agroambiental multissetorial

Impulsionar ativamente o enfoque multissetorial para o desenvolvimento de estratégias nacionais com vistas à gestão agroambiental nas áreas rurais.

VII. Qualidade de vida nas comunidades rurais: criando capacidades e oportunidades

A Visão Compartilhada 2015

A pobreza rural foi reduzida significativamente em consonância com as Metas de Desenvolvimento do Milênio. A qualidade de vida dos habitantes das comunidades rurais melhorou, bem como os níveis e oportunidades de emprego.

Agenda Hemisférica 2003-2005

Apoiar la interacción y coordinación público-privada que mejore las Apoiar a interação e coordenação público-privada no sentido do fortalecimento das

capacidades nacionais para a ação estratégica, o diálogo e a negociação.

Melhorar o sistema educacional agrícola e promover o aprimoramento da educação da população rural.

Promover medidas apropriadas de proteção social para famílias rurais economicamente vulneráveis.

Promover a participação da população rural, considerando sua diversidade cultural na formulação e aplicação de estratégias de desenvolvimento rural.

Propiciar políticas que apóiem o acesso a recursos tais como terra, crédito, informação de mercado e serviços diversos.

Agenda Hemisférica 2010-2011

Gestão e liderança

Aprimorar as capacidades de gestão e liderança empresarial mediante a operação de instituições rurais apropriadas, prestando serviços tais como: capacitação, difusão de tecnologia, inovação e informação de mercado, bem como outros serviços para produção e comercialização. Essas atividades deveriam atribuir prioridade especial a pequenos e médios produtores e empresários, trabalhadores rurais, as mulheres e os jovens rurais.

VIII. Fortalecendo o aprendizado e o conhecimento na cadeia

A Visão Compartilhada 2015

As cadeias agroprodutivo-comerciais contam com sistemas de informação que dinamizam o conhecimento e os processos de aprendizagem, facilitando o manejo dos riscos da agricultura e contribuindo para a operação de sistemas eficientes de segurança alimentar.

Agenda Hemisférica 2003-2005

Promover o desenvolvimento de capacidades empresariais entre os diferentes grupos sociais e culturais da comunidade rural.

IX. Promovendo políticas para a criação de capacidades e oportunidades para as comunidades rurais

A Visão Compartilhada 2015

A agricultura é reconhecida como um componente chave dos sistemas de saúde e segurança alimentar.

Agenda Hemisférica 2003-2005

Incentivar programas de desenvolvimento rural com equidade de gênero, levando em conta o aspecto multicultural, quando pertinente, atribuindo atenção especial a diferentes grupos etários para melhorar as condições de vida da população rural.

Promover a capacitação agropecuária e rural e recomendar às autoridades competentes a avaliação e o credenciamento das disciplinas de educação agrícola.

Agenda Hemisférica 2006-2007

Responsabilidade social nas empresas rurais

Incentivar o conceito de responsabilidade social nas empresas rurais, promovendo a criação de empregos e o princípio do trabalho decente, tal como refletem os convênios internacionais.

Agenda Hemisférica 2008-2009

Reposicionamento da questão rural nas estratégias nacionais

Participar proativamente no reposicionamento da agricultura e do meio rural e de suas prioridades nas estratégias nacionais, promovendo, na sociedade, maior compreensão quanto a sua contribuição, o equilíbrio rural-urbano na agenda nacional de desenvolvimento e a superação das distorções e exclusões que afetam as comunidades rurais.

Agenda Hemisférica 2010-2011

Produção e renda

Promover o aumento no número de produtores e empresários rurais, bem como o incremento da renda no campo, mediante:

- sinais claros e de preços de alimentos, assim como das despesas associadas a transporte e processamento,
- o aumento da capacidade de armazenamento, pós-colheita e comercialização,
- estratégias nacionais destinadas à incorporação de grupos, organizações e comunidades rurais ao processo produtivo,
- o aumento do investimento na agricultura,
- o fortalecimento da pequena e média empresa rural, e
- a participação das mulheres e dos jovens rurais em atividades produtivas que lhes gerem renda, ocupação e emprego e que contribuam para o melhoramento da qualidade de vida no meio rural, priorizando os segmentos que apresentem maior vulnerabilidade social e à insegurança alimentar.

X. Fortalecendo a participação e a ação coordenada público-privada nos territórios

A Visão Compartilhada 2015

A economia rural baseia-se numa ação coordenada de atores públicos e privados.

Os diferentes segmentos sociais e produtivos do setor rural dispõem de espaços democráticos para a reflexão e o diálogo e de mecanismos para sua

plena participação na definição e execução de ações voltadas para a melhoria das condições da vida rural.

Agenda Hemisférica 2003-2005

Apoiar a participação das comunidades rurais nas decisões que afetam sua vida e o ambiente em que vivem, em especial no sentido de desenvolver suas capacidades, habilidades de liderança e sua participação em programas governamentais.

Agenda Hemisférica 2006-2007

Desenvolvimento integrado do território rural

Promover o desenvolvimento rural integrado com base no enfoque multissetorial e participativo e fortalecendo a coordenação público-privada.

Agenda Hemisférica 2008-2009

Formação e seguimento de parcerias e acordos

Apoiar os atores rurais e suas organizações na criação de mecanismos de coordenação, concertação e seguimento de parcerias e acordos que facilitem o trabalho conjunto para a implementação das políticas e estratégias nos territórios rurais.

Agenda Hemisférica 2010-2011

Enfoque territorial

Promover o uso do enfoque sistêmico, multissetorial e participativo na formulação de políticas e programas, na alocação e na concentração de recursos para o melhoramento da agricultura, da segurança alimentar e do desenvolvimento rural sustentável.

XI. Fortalecendo o diálogo e os compromissos entre atores da cadeia

A Visão Compartilhada 2015

A agricultura constitui-se de cadeias agroprodutivo-comerciais que contam com mecanismos de negociação entre os diferentes atores que lhes permitem dialogar sobre vários aspectos da distribuição dos benefícios globais.

Agenda Hemisférica 2003-2005

Apoiar sistemas institucionais para facilitar o diálogo e a negociação entre todos os atores das cadeias agroprodutivo-comerciais.

Agenda Hemisférica 2010-2011

Mecanismos de coordenação e enfoque de cadeia

Promover ou fortalecer, conforme o caso, a criação e operação de mecanismos de coordenação formais entre os atores públicos e privados das cadeias agropecuárias que facilitem, entre outros:

- a identificação e eliminação dos fatores que restringem sua competitividade,
- a análise integral, aplicando o enfoque de cadeia,
- a geração de confiança e de mecanismos institucionais para solucionar os conflitos inerentes a cada cadeia,
- o melhoramento da logística entre a propriedade agrícola e o consumo final,
- o melhor cumprimento do marco regulatório,
- a resposta a crises, e
- o diálogo, a concertação e o seguimento de compromissos para a ação.

XII. Fortalecendo políticas de Estado e a cooperação regional e hemisférica para a agricultura e a vida rural

A Visão Compartilhada 2015

A agricultura é reconhecida de importância estratégica para o desenvolvimento.

Agenda Hemisférica 2003-2005

Fortalecer os mecanismos de cooperação entre os países nas áreas de cooperação técnica, conhecimento, informação e experiências que contribuam para a modernização da agricultura e vida rural.

Promover oportunidades adicionais para a cooperação com atores interessados nos setores agrícolas e não-agrícolas e com a sociedade civil, assegurando que as instituições agrícolas tenham suficiente capacidade para alcançar esses objetivos.

Fortalecer a interação regional e hemisférica entre ministérios e secretarias de agricultura, entre organismos internacionais e entre ambos.

Agenda Hemisférica 2006-2007

Políticas de Estado

Promover políticas de Estado de longo prazo para o desenvolvimento do setor agroalimentar e do meio rural, levando em conta os quadros de referência internacionais existentes.

O trabalho interinstitucional e multissetorial

Fortalecer a coordenação setorial e multissetorial para facilitar a implementação das políticas de Estado, visando ao melhoramento da agricultura e da qualidade de vida das comunidades rurais.

Agenda Hemisférica 2008-2009

Formação de parcerias e acordos

Promover a cooperação e o estabelecimento de parcerias e acordos duradouros em nível nacional, regional e hemisférico que possibilitem a maior participação dos setores privado e social no desenvolvimento e implementação da política pública destinada ao melhoramento da agricultura e da vida rural.

Modernização e fortalecimento institucional do setor público rural

Impulsionar a modernização das instituições públicas do setor agrícola a fim de que possam empreender ações e serviços que aprimorem sua vinculação com outros atores públicos, privados e sociais e com parceiros internacionais na implementação do Plano AGRO 2003-2015.

Revalorização da agricultura e do meio rural

Impulsionar a revalorização da agricultura e do meio rural, contribuindo para o enfrentamento das questões estratégicas e emergentes do desenvolvimento, propiciando a integração urbano-rural, levando em conta os fatores sociais, políticos, econômicos, ecológicos e culturais implícitos e informando sobre a contribuição multidimensional do agro para o desenvolvimento nacional.

Agenda Hemisférica 2010-2011

Capacidade institucional

Fortalecer a capacidade institucional pública e privada para promover:

- a participação dos atores do agro no desenvolvimento de suas próprias capacidades,
- a expansão dos serviços técnicos e a inovação tecnológica para melhorar toda a cadeia de valor agrícola com ênfase nos pequenos e médios produtores e nos empresários,
- a formação de capacidades comerciais que beneficiem a agricultura e as comunidades rurais,
- a gestão ambiental nas diferentes atividades da agricultura,
- a coordenação interinstitucional e,

- a participação com conhecimento de causa nos foros internacionais sobre agricultura e vida rural.

Investimento em agricultura e desenvolvimento rural

Promover políticas de Estado para aumentar o investimento público e privado, nacional e internacional, bem como para melhorar o financiamento da agricultura, do agronegócio, das cooperativas, das pequenas e médias empresas, da infraestrutura e dos bens públicos para o meio rural.



Processo Ministerial “Agricultura e Vida Rural nas Américas”
no contexto do Processo de Cúpulas das Américas



Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura
Secretaria das Reuniões Ministeriais
“Agricultura e Vida Rural nas Américas”
www.iica.int/esp/cumbres